

VLI Multimodal S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Índice

| | |
|---|----|
| <i>Relatório da Administração</i> | 1 |
| <i>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</i> | 8 |
| <i>Balanço patrimonial</i> | 12 |
| <i>Demonstração do resultado</i> | 13 |
| <i>Demonstração do resultado abrangente</i> | 14 |
| <i>Demonstração da mutação no patrimônio líquido</i> | 15 |
| <i>Demonstração dos fluxos de caixa</i> | 16 |
| <i>Demonstração do valor adicionado</i> | 17 |
| 1 - Contexto operacional..... | 18 |
| 2 - Base de preparação das demonstrações financeiras | 24 |
| 3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos..... | 27 |
| 4 - Principais políticas contábeis..... | 28 |
| 5 - Caixa e equivalentes de caixa | 42 |
| 6 - Contas a receber..... | 42 |
| 7 - Estoques..... | 43 |
| 8 - Partes relacionadas | 44 |
| 9 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar | 46 |
| 10 - Dividendos a receber | 47 |
| 11 - Despesas pagas antecipadamente..... | 48 |
| 12 - Demais ativos..... | 48 |
| 13 - Mútuo | 48 |
| 14 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais..... | 49 |
| 15 - Investimentos..... | 51 |
| 16 - Imobilizado..... | 53 |
| 17 - Intangível | 56 |
| 18 - Fornecedores e Contas a pagar..... | 58 |
| 19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures | 59 |
| 20 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro..... | 62 |
| 21 - Obrigações sociais e trabalhistas | 62 |
| 22 - Arrendamento..... | 63 |
| 23 - Dividendos propostos..... | 65 |
| 24 - Patrimônio líquido | 66 |
| 25 - Receitas líquida dos serviços prestados..... | 67 |
| 26 - Custo dos serviços prestado..... | 68 |
| 27 - Receitas (despesas) operacionais..... | 68 |
| 28 - Resultado financeiro | 70 |
| 29 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | 71 |
| 30 - Informação por segmento de negócios..... | 73 |
| 31 - Benefícios a empregados..... | 73 |
| 32 - Instrumentos financeiros..... | 77 |
| <i>Administração e Diretores</i> | 89 |

Relatório da Administração

1. Mensagem da Diretoria

O ano de 2022 foi marcado por um início desafiador para a operação da VLI devido ao elevado volume de chuvas na região central de Minas Gerais, ocasionando paralisações parciais da malha da Ferrovia Centro Atlântica e das malhas de terceiros utilizados pela companhia.

Apesar desse impacto inicial a VLI conseguiu recuperar-se ao longo dos demais trimestres, finalizando o ano com uma Receita Líquida 18% superior à 2021, com boa demanda proveniente de todos os segmentos de atuação. Da mesma forma nosso EBITDA recorrente cresceu 20% (atingindo R\$ 3.35 bilhões) – esse indicador, que está diretamente relacionado com geração de Caixa Operacional, permitiu fecharmos o ano com uma redução no endividamento líquido para 2.07 x EBITDA recorrente.

Dentro os muitos avanços de negócio, governança e operacionais que tivemos em 2022 destacamos:

- O início da operação de transporte de celulose solúvel para a LD - esse contrato possui duração de 30 anos e vincula-se à estratégia do cliente, que construiu uma nova fábrica integrada à nossa malha no município de Indianópolis (MG).
- O início das atividades do Terminal Porto Franco (TIPF) no Maranhão. Essa unidade possui capacidade de movimentar 600 mil toneladas por ano, com destaque para as cargas de soja e milho provenientes do Maranhão, Pará e Piauí.
- A celebração do contrato para gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS) em conjunto com outras operadoras.
- A eleição da Sra. Mônica Stefanini Herrero, o primeiro membro independente do nosso Conselho de Administração, o que fortalecerá ainda mais nossas melhores práticas de Governança Corporativa.

Em 2023 seguiremos nosso plano de crescimento, ampliando relacionamentos com nossos clientes através da co-criação de soluções para geração de valor sustentável, reduzindo e/ou eliminando gargalos logísticos, reforçando nossos cuidados com a Saúde e Segurança, acelerando nossa agenda para equidade de gênero e fortalecendo os vínculos com as comunidades conectadas conosco.

Seguimos com nosso propósito de Transformar a Logística do Brasil.

Fabio Marchiori
CEO interino / CFO

2. Resultados

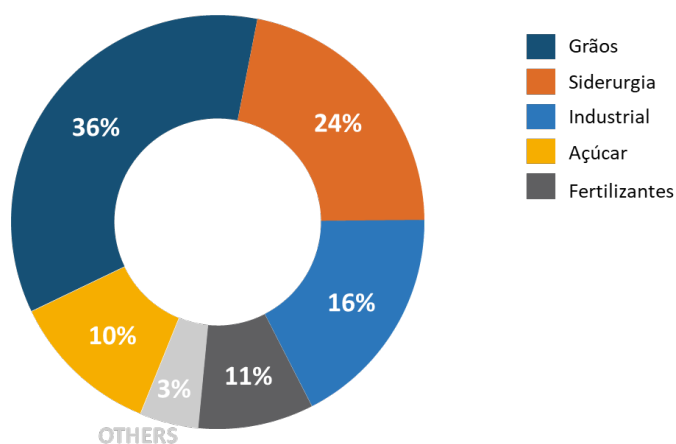
A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus últimos 03 últimos exercícios sociais:

| Principais Indicadores Econômicos e Operacionais | | | |
|--|--------|--------|---------|
| (em milhões de R\$) | 2020 | 2021 | 2022 |
| Receita bruta | 3.124 | 3.691 | 3.959 |
| Receita líquida | 2.748 | 3.220 | 3.450 |
| EBITDA | 1.150 | 1.249 | 1.606 |
| Resultado do exercício | (95) | (194) | (2.087) |
| Resultado do exercício recorrente (i) | (95) | (23) | (174) |
| Volume ferrovia (milhões de TKU) | 18.318 | 17.931 | 16.195 |
| Volume porto (Mil de TU) | 28.165 | 31.366 | 29.273 |
| Dívida bruta | 7.384 | 8.078 | 6.866 |
| Caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos | 1.464 | 2.738 | 1.838 |
| Dívida líquida | 5.919 | 5.341 | 5.027 |

(i) Ajustado pelos eventos oriundos da FCA: R\$ 1.314MM de redução de valor recuperável de ativos da Concessão; R\$ 132MM de redução de valor recuperável de ativos individuais; por R\$ 380MM de baixa de ativos diferidos; e, R\$ 87MM referentes a redução de valor recuperável de ativos alocada como depreciação acelerada.

A companhia conduziu análises financeiras e optou por realizar a redução do valor recuperável de seus ativos não operacionais tangíveis e intangíveis, na Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), no montante de R\$ 1.533 milhões, além de reduzir o valor reconhecido de ativos diferidos fiscais associados à essa Concessão (R\$ 380 milhões de redução). É importante ressaltar que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até 2026, ano de término do Contrato atual de concessão. Dessa forma esses efeitos não impactam posição de Caixa e, tampouco, nossas operações e/ou obrigações financeiras (*covenants*).

O Grupo VLI apresentou um mix estrategicamente diversificado, conforme abaixo:



A manutenção do percentual do custo do serviço prestado sobre a receita líquida no mesmo patamar do último ano incluindo efeitos inflacionários contou com o protagonismo da co-criação e precificação com os clientes. Não obstante, e dentro do seu mapa de direcionadores internos, no último ano houve o fortalecimento de seus programas de modelo de gestão nas unidades de negócio com a busca pela eliminação de desperdícios com o foco na estabilidade operacional e programas de produtividade prioritários tais como, melhoria da eficiência energética, essenciais para o custo variável que sofreu aumento no preço do diesel em 47% , alocação correta da manutenção e modernização dos seus ativos e revisão de seus contratos de serviços e materiais.

3. Investimentos

(a) Investimentos realizados

Os investimentos do Grupo em ativos imobilizados e intangíveis atingiram R\$ 1,8 bilhões em 2022; tal volume de recursos foi alocado em projetos para aumento de capacidade de transporte e elevação portuária, extensão de vida útil e aumento de eficiência dos ativos operacionais bem como projetos para preservação do meio ambiente e da saúde e segurança dos colaboradores.

(b) Financiamentos

No final do ano, a companhia renovou antecipadamente uma operação cujo vencimento estava inicialmente previsto para Março de 2023.

Atualmente o Grupo possui um índice de alavancagem (Dívida líquida / EBITDA Recorrente) de 2,07 x e um prazo médio de vencimentos de 2,3 anos.

4. Ética e Integridade:

A VLI tem uma preocupação contínua em manter os mais elevados padrões de Ética e Conformidade em todas as atividades do negócio, pois acredita ser esse o único caminho para criar e compartilhar valor para toda a sua cadeia de relacionamento (clientes, empregados, acionistas, parceiros e comunidades). Por isso, está sempre trabalhando em prol da integridade e da civilidade.

Buscamos inspirar e engajar todos os empregados e parceiros a se comprometerem com as diretrizes e valores éticos que devem nortear todas as ações, atividades e negócios da Companhia. Este compromisso foi renovado em 2021 após a revisão do Código de Conduta Ética.

O Programa de Ética e Conformidade da VLI é estruturado a partir dos elementos de prevenção, detecção e respostas, cujos pilares são baseados na metodologia ABC (*Anti-Bribery & Corruption*):

PROGRAMA DE INTEGRIDADE VLI



O objetivo do Programa de Ética e Conformidade é estabelecer processos que promovam um ambiente ético, em conformidade ao Código de Conduta Ética da VLI, às Políticas e Procedimento Internos, bem como à legislação aplicável aos seus negócios. As atividades do Programa são reportadas mensalmente ao Comitê de Ética e aos acionistas.

Dentre as iniciativas do Programa de Ética, destaca-se: O lançamento dos “Inegociáveis” que trouxe clareza sobre os comportamentos inadequados que são inadmissíveis e não tolerados na VLI; a campanha “Basta! Na VLI a falta de ética não tem vez” e o normativo de Gestão de Consequências, todos atestando a seriedade e o limite que a Companhia traçou para esse tema.

A VLI renovou a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, que tem o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e a redução das diferentes práticas de corrupção. Essa adesão representa o compromisso da VLI para a aceleração deste tema na Companhia e o seu posicionamento frente ao mercado.

Ainda, em 2022 a VLI implantou um processo adicional de *due diligence* em relação às sanções internacionais. O objetivo dessa análise é assegurar que as sanções impostas contra países, entidades e pessoas físicas pelas principais normas e regulamentos internacionais são cumpridas pela VLI na condução de seus negócios, salvaguardando sua reputação e mitigando o risco da aplicação de sanções, multas e demais penalidades.

Baseado nos valores da Companhia, a VLI disponibiliza um Canal de Ética para colaboradores, terceiros ou qualquer pessoa, mesmo que não tenha vínculo com a empresa, com o objetivo de permitir uma comunicação segura e confidencial. Esse canal pode ser utilizado de forma anônima.

Adicionalmente, como parte de sua estratégia para criar um ambiente íntegro e inclusivo, a VLI implementou em 2022 o canal de ética exclusivo para mulheres, com um atendimento diferenciado e profissionais preparadas para receber, acolher e tratar casos específicos do público feminino.

5. Gestão de Pessoas:

Em 2022 mantivemos focados nas pessoas para sustentar a nossa estratégia “Conexão 2030”. Um caminho que vai nos posicionar como a primeira escolha dos clientes e referência na logística brasileira.

Com o objetivo de ter ao nosso lado as melhores pessoas e deixar um legado de transformação para as gerações futuras do país, a VLI investiu no desenvolvimento e encarecimento dos empregados. A partir da Cultura Organizacional, pautada nos seus comportamentos e crenças e nos seis valores que nos norteiam: Cuidado Genuíno; Orientação para Resultados; Foco na prosperidade dos Clientes; Atitude Certa; Valor Compartilhado e Empreendedorismo.

Buscamos fortalecer a diversidade e a inclusão, para que cada vez mais nosso time encontre na VLI um ambiente em que todos possam ser quem são, sem medo de se expressar. Além disso, nossa busca incansável pela entrega de resultados e nossa paixão por servir serão essenciais e inegociáveis nessa jornada.

Todos os trabalhos direcionados para criar um ambiente de respeito, confiança e sem melindres tem proporcionado o engajamento e redução do turnover para valores inferiores à referência de mercado.

Em 2022 contratamos o primeiro membro independente do nosso Conselho de Administração e avançamos de 16% para 21% a participação de mulheres em posições de liderança.

Foi realizado nesse ano o Censo de Diversidade da VLI, que nos permitiu conhecer melhor a demografia racial da VLI e redefinir nossos desafios de equidade racial, visando ampliar a participação de negros em posições de alta liderança. Tivemos mais de 1.500 participações nos encontros dos grupos de afinidade e lançamos o Programa Disseminadores, que capacitou membros dos grupos para levarem os temas discutidos nas reuniões para outros espaços da VLI.

Em 2022 a VLI lançou também os “Inegociáveis”, reforçando nosso compromisso de garantir um ambiente onde todos sejam respeitados e não tenham receio de se expressar. A alta liderança manteve o envolvimento com o tema, mantendo a atuação como *sponsors* dos grupos além de fomentar a temática nas agendas ao longo do ano.

6. Sustentabilidade

A transformação está no DNA da VLI que ao transportar as riquezas do Brasil, seja pela malha ferroviária, portos ou terminais, alia o desenvolvimento econômico a construção de uma sociedade mais ética, sustentável, diversa e inclusiva. Assim, a VLI tem como visão de futuro transformar a logística do Brasil e se tornar referência em sustentabilidade na logística brasileira.

Para isso, nos comprometemos com seis compromissos que compõem a nossa agenda ESG intitulada como “VLI para o amanhã – conexões para um mundo melhor”. Esses compromissos estão distribuídos em 3 pilares com metas estabelecidas para alcance até 2030: Segurança nas operações; Legado para o planeta e Valor para as relações. Com esses compromissos, buscamos ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, mitigar as mudanças climáticas e fomentar fornecedores locais.

Os compromissos estão vinculados ao planejamento estratégico da companhia, assim como a seu propósito, visão e valores. Em 2022, a agenda de compromissos foi atrelada à remuneração variável da alta liderança, buscando a evolução da agenda. O Comitê de Estratégia e ESG, composto pela Diretoria Executiva suportou o processo com a discussão periódica em reuniões dos temas ambientais, sociais e de governança junto com a estratégia da companhia.

Para promover o engajamento de toda a equipe, são realizadas ações de conscientização de todos os empregados, independentemente de cargos e funções. Em 2022, o treinamento para disseminação de conceitos ESG alcançou 85% da liderança, de supervisores a diretoria.

Em consonância com essa agenda, a VLI se compromete com importantes movimentos como o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos; o Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, proposto pela *Childhood* Brasil; e o Pacto Global da ONU.

Em 2022, foram investidos mais de R\$2 milhões em iniciativas socioambientais que contemplam projetos de educação, cultura e economia circular, beneficiando diretamente cerca de 30 mil pessoas, em 23 municípios.

Entre nossos projetos de 2022, destacam-se:

- As iniciativas de Ajuda Humanitária destinadas aos estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão atingidas pelos fortes temporais.
- Projeto Novo Trilho que transforma o resíduo em renda para a comunidade e para o ecossistema da reciclagem além de preservar o meio ambiente.
- Programa de Educação Ambiental que promove ações de conscientização para empregados e comunidades. Pautada nos Pilares da Unesco para a Educação no Século XXI, a metodologia do programa se baseia no princípio de que a mudança de atitude é resultado do conhecimento. Em 2022, o programa viabilizou treinamento para 8.634 pessoas, entre empregados próprios e terceiros. Foram realizadas campanhas temáticas, como: Semana da Água, Semana do Meio Ambiente e Semana do Resíduo; realizados 248 Diálogos de Educação Ambiental – DEA, que abordaram emissões atmosféricas, efluentes industriais e sanitários, produtos químicos, queimadas urbanas e rurais.

Além das iniciativas de investimento social, a VLI mantém diálogo transparente e permanente com as comunidades que convivem com as suas operações. Uma das ferramentas usada para este fim é o Alô VLI, um canal 0800 disponível para o registro de manifestações. Todas as manifestações são encaminhadas e tratadas.

A VLI cuida do meio ambiente por meio de uma gestão ambiental eficiente, com adoção de ações preventivas no sentido de mitigar os impactos associados às atividades da companhia. Buscamos deixar um legado para as gerações futuras com o desenvolvimento socioeconômico atrelado à preservação ambiental, em sintonia com os ideais de governança e respeito à sociedade em geral.

Neste sentido, as equipes de colaboradores são estimuladas na mitigação de riscos e na constante valorização de novas tecnologias e recursos ambientalmente eficazes e sustentáveis.

Em 2022, a VLI implementou e finalizou mais de 64 hectares de plantio compensatório, atuou no monitoramento da fauna e 4 áreas contaminadas foram reclassificadas como “Área Reabilitada para Uso Declarado”.

Foram realizadas cerca de 320 medições de ruídos e vibrações ao longo do ano e monitoramento de aproximadamente 90 pontos de qualidade do ar com o intuito de continuar zelando pela qualidade do meio ambiente.

Transcorrido o ano foram realizadas mais de 900 atividades de educação ambiental contemplando público interno, escolas, associações de bairro, capacitações ambientais e formação de professores em 09 estados. Entre empregados e comunidades, tivemos mais de 10.000 participações nas atividades educativas do programa Atitude Ambiental.

A companhia monitorou cerca de 358 pontos, dispersos entre 50 municípios, distribuídos entre águas subterrâneas, águas superficiais e efluentes. Para garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados, monitoramentos quali-quantitativos são realizados periodicamente.

Contabilizando as renovações e novas emissões, mais de 33 licenças ambientais e autorizações foram expedidas, além da elaboração e protocolos nos respectivos órgãos ambientais de relatórios de atendimento de condicionantes. Ressalta-se que houve uma redução de mais de 50% no registro de comunicação de ocorrências com impactos significativos para órgãos ambientais nos últimos dois anos.

Desta forma contribuiremos efetivamente para a sociedade e legado para o Planeta.

7. Auditores Independentes:

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
VLI Multimodal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Saldos relevantes entre a Companhia, suas controladas, coligadas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas controladas, coligadas e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial das outras receitas operacionais registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e dos saldos do contas a receber, mútuo, fornecedores e passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Isenção de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 (a) às demonstrações financeiras, que contém informações sobre a utilização da isenção de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Conforme permitido pelo item 4.a (iv) do pronunciamento técnico CPC 36 e a norma internacional IFRS 10, a Companhia não está apresentando os valores referentes às suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A., Ferrovia Norte Sul S.A., Ultrafértil S.A., Consórcio TMIB e Trato Logística S.A., tendo em vista que a sua controladora final, VLI S.A., está elaborando um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as referidas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2 "T" MG

VLI MULTIMODAL S.A.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

| | Notas | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 1.424.955 | 1.912.692 |
| Contas a receber | 6 | 556.862 | 384.465 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.2 | 219.771 | - |
| Estoques | 7 | 45.818 | 33.486 |
| Tributos a recuperar | 9 | 70.348 | 122.573 |
| Despesas pagas antecipadamente | 11 | 12.545 | 4.304 |
| Dividendos a receber | 10 | 103.884 | 300.605 |
| Mútuo | 13 | 104.419 | 1.822 |
| Demais ativos | 12 | 32.268 | 34.924 |
| | | 2.570.870 | 2.794.871 |
| Ativos não circulantes mantidos para venda | 16.1 | 41.918 | 55.277 |
| Total do ativo circulante | | 2.612.788 | 2.850.148 |
| Não circulante | | | |
| Contas a receber | 6 | 16.827 | 20.256 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.2 | 239.818 | 824.632 |
| Tributos a recuperar | 9 | 185.790 | 133.085 |
| Despesas pagas antecipadamente | 11 | 156 | 6.088 |
| Demais ativos | 12 | 31.847 | 2.572 |
| Dividendos a receber | 10 | 33.223 | 11.022 |
| Mútuo | 13 | 103.787 | 101.109 |
| Depósitos judiciais | 14 | 2.130 | 2.312 |
| Tributos diferidos sobre o lucro | 29(a) | 485.639 | 293.858 |
| Investimentos | 15 | 6.454.272 | 8.864.077 |
| Imobilizado | 16 | 3.635.921 | 3.740.162 |
| Intangível | 17 | 301.195 | 246.995 |
| Total do ativo não circulante | | 11.490.605 | 14.246.168 |
| Total do ativo | | 14.103.393 | 17.096.316 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 18 | 603.944 | 374.813 |
| Contas a pagar | 18 | 2.943 | 1.957 |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | 1.606.866 | 1.104.575 |
| Debêntures | 19 | 546 | 3.091 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.2 | 18.361 | - |
| Tributos a recolher | 20 | 31.000 | 30.408 |
| Tributos a recolher sobre o lucro | 20 | 12.712 | 4.695 |
| Receitas diferidas | | 29.180 | 27.986 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 21 | 88.826 | 84.002 |
| Arrendamento | 22 | 65.765 | 40.988 |
| Demais passivos | | 8.694 | 5.088 |
| Total do passivo circulante | | 2.468.837 | 1.677.603 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | 4.075.914 | 5.835.491 |
| Debêntures | 19 | 1.182.434 | 1.134.887 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.2 | 27.791 | - |
| Arrendamento | 22 | 167.286 | 180.280 |
| Receitas diferidas | | 25.054 | 34.471 |
| Dividendos a pagar | 23 | 100.267 | 100.267 |
| Demais passivos | | 3.033 | 2.851 |
| Benefícios a empregados | 31.1 | 3.317 | 13.997 |
| Provisão para processos judiciais | 14 | 85.595 | 76.337 |
| Total do passivo não circulante | | 5.670.691 | 7.378.581 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 24 | 8.238.854 | 8.238.854 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (50.023) | (61.047) |
| Prejuízos acumulados | | (2.224.966) | (137.675) |
| Total do patrimônio líquido | | 5.963.865 | 8.040.132 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 14.103.393 | 17.096.316 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>Notas</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|--------------|---------------------------|-------------------------|
| Receita líquida dos serviços prestados | 25 | 3.450.291 | 3.220.247 |
| Custo dos serviços prestados | 26 | <u>(2.879.566)</u> | <u>(2.942.870)</u> |
| Lucro bruto | | <u>570.725</u> | <u>277.377</u> |
| Receitas (despesas) operacionais | | <u>64.745</u> | <u>(568)</u> |
| Com vendas | 27(a) | (10.755) | (14.623) |
| Gerais e administrativas | 27(b) | (247.766) | (229.044) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 27(c) | 338.447 | 259.989 |
| Perdas líquidas sobre ativos financeiros | 6 | <u>(15.181)</u> | <u>(16.890)</u> |
| Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro | | <u>635.470</u> | <u>276.809</u> |
| Resultado de equivalência patrimonial | 15.2 | <u>(2.224.012)</u> | <u>(57.158)</u> |
| Resultado financeiro | 28 | <u>(641.500)</u> | <u>(381.085)</u> |
| Receitas financeiras | | 251.545 | 232.844 |
| Despesas financeiras | | (1.037.045) | (389.613) |
| Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial | | <u>144.000</u> | <u>(224.316)</u> |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>(2.230.042)</u> | <u>(161.434)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | 29 | <u>142.751</u> | <u>(32.729)</u> |
| Tributos correntes | | (49.031) | (36.876) |
| Tributos diferidos | | <u>191.782</u> | <u>4.147</u> |
| Prejuízo líquido do exercício | | <u>(2.087.291)</u> | <u>(194.163)</u> |
| Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$ | 24(d) | (0,00549) | (0,00051) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|---------------------------|-------------------------|
| Prejuízo líquido do exercício | (2.087.291) | (194.163) |
| Outros componentes do resultado abrangente | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | | |
| Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 24(b)) | <u>11.024</u> | <u>253</u> |
| | <u>(2.076.267)</u> | <u>(193.910)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

| | Reservas de lucros | | | | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|--------------------|------------------|------------------------|--|-------------------------------------|------------------|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva de expansão | Ajustes de avaliação patrimonial | | |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 8.238.854 | 21.537 | 34.951 | (61.300) | - | 8.234.042 |
| Resultado abrangente do exercício | | | | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | (194.163) | (194.163) |
| Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas | | | | | | |
| Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 24(b)) | - | - | - | 253 | - | 253 |
| Total do resultado abrangente | - | - | - | 253 | (194.163) | (193.910) |
| Absorção de prejuízos | - | (21.537) | (34.951) | - | 56.488 | - |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 8.238.854 | - | - | (61.047) | (137.675) | 8.040.132 |
| Resultado abrangente do exercício | | | | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | (2.087.291) | (2.087.291) |
| Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas | | | | | | |
| Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 24(b)) | - | - | - | 11.024 | - | 11.024 |
| Total do resultado abrangente | - | - | - | 11.024 | (2.087.291) | (2.076.267) |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 8.238.854 | - | - | (50.023) | (2.224.966) | 5.963.865 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

| | Notas | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|--------------------|------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | | (2.087.291) | (194.163) |
| Ajustes | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 15,2 | 2.224.012 | 57.158 |
| Depreciação e amortização | 26 e 27(b) | 970.903 | 971.806 |
| Perdas de recebíveis | 27(c) | 4.746 | 14.057 |
| (Reversão) provisão para desvalorização de estoques | 27(c) | (535) | 5.151 |
| Provisão para baixa de ativos | 27(c) | 28.657 | - |
| Provisões para perdas e processos judiciais | 14 | 12.609 | 25.773 |
| Provisões para perdas por redução no valor recuperável em contas a receber | 6 | 15.181 | 16.631 |
| Resultado de operação de <i>hedge</i> (variação cambial, marcação a mercado de <i>swap</i> e objeto de <i>hedge</i>) | 28(i) | 351.161 | 120.851 |
| Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial | 28(i) | 65.130 | 10.775 |
| (Ganho) perda na alienação de imobilizado e ativos não circulantes mantidos para venda, líquidas | 27(c) | (223.338) | (32.458) |
| Receitas diferidas | | (9.462) | (9.462) |
| Ajuste a valor presente | 28 | 285 | 337 |
| Despesas com obrigação de benefícios | | 2.607 | 1.857 |
| Encargos de fianças | 28 | 127 | 238 |
| Tributos correntes | 20 | 12.712 | 4.695 |
| Tributos diferidos sobre o lucro | 29(a) | (191.782) | (4.147) |
| Receitas financeiras - mútuo | 28 | (31.554) | (612) |
| Despesas financeiras - juros sobre empréstimos | 28(i) | 370.277 | 256.082 |
| Amortização de custos de transação | 19 e 28 | 11.796 | 19.018 |
| Despesas financeiras - arrendamentos | 28 | 12.534 | 6.676 |
| Reconhecimento de contingências ativas | 9 e 27(c) | - | (42.963) |
| | | 1.538.775 | 1.227.300 |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| Contas a receber | | (12.109) | (48.399) |
| Instrumentos financeiros derivativos | | (102.681) | (2.064) |
| Estoques | | (11.797) | 2.089 |
| Tributos a recuperar | | 9.513 | 87.069 |
| Depósitos judiciais | | 270 | (1.397) |
| Sinistros a recuperar | | - | 12 |
| Demais ativos | | (27.396) | (11.388) |
| Fornecedores | | 183.567 | 37.702 |
| Contas a pagar | | 986 | 976 |
| Tributos a recolher | | 592 | (1.270) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 4.824 | 16.846 |
| Provisão para processos judiciais | 14 | (3.351) | (6.872) |
| Benefícios a empregados | | (13.287) | (2.360) |
| Demais passivos | | 17.616 | 13.286 |
| | | 1.585.522 | 1.311.530 |
| Caixa líquido gerado pelas operações | | | |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | - | (671) |
| | | 1.585.522 | 1.310.859 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Recebimento pela alienação de imobilizado, intangível e ativos não circulantes mantidos para venda | 4(ab) e 27(c) | 184.054 | 727.232 |
| Aporte de mútuo em investida | 13 | (503.013) | (100.000) |
| Recebimento de mútuo | 13 | 429.543 | - |
| Aporte de capital em controlada | 4(ab) e 15.1 | (55.409) | (26.700) |
| Aquisição de imobilizado e intangível | 4(ab), 16 e 17 | (978.644) | (1.028.008) |
| Dividendos recebidos | 10 | 441.961 | 179.135 |
| | | (481.508) | (248.341) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida dos custos de transação | 19.1 | (10.058) | 1.519.300 |
| Pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures | 19.1 | (1.034.281) | (1.008.819) |
| Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures | 19.1 | (457.750) | (349.622) |
| Pagamento de imposto de renda sobre empréstimos | 28 | (9.825) | (10.139) |
| Pagamento de arrendamentos | 22 | (79.837) | (51.922) |
| Dividendos pagos | 23 | - | (917) |
| | | (1.591.751) | 97.881 |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento | | | |
| | | (487.737) | 1.160.399 |
| Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 5 | 1.912.692 | 752.293 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 5 | 1.424.955 | 1.912.692 |

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 4(ab).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| Receitas | | |
| Vendas brutas de serviços (Nota 25) | 3.959.395 | 3.688.450 |
| Outras receitas | 676.473 | 443.770 |
| Perdas por redução ao valor recuperável – reversão / constituição | <u>(15.181)</u> | <u>(16.632)</u> |
| | 4.620.687 | 4.115.588 |
| Menos: Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Custos dos serviços prestados | (1.932.371) | (1.953.777) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (508.970) | (420.268) |
| Provisão para perda, processos judiciais, líquida de reversões | (6.701) | (43.426) |
| Outros | <u>(94.781)</u> | <u>(57.084)</u> |
| | (2.542.823) | (2.474.555) |
| Valor adicionado bruto | 2.077.864 | 1.641.033 |
| Depreciação e amortização | <u>(970.902)</u> | <u>(971.806)</u> |
| Valor adicionado líquido produzido | 1.106.962 | 669.227 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Resultado de participações societárias | (2.224.012) | (57.158) |
| Receitas financeiras e variações cambiais | <u>1.100.920</u> | <u>719.096</u> |
| | (1.123.092) | 661.938 |
| Valor adicionado total a distribuir (retido) | (16.130) | 1.331.165 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | <u>283.940</u> | <u>266.887</u> |
| Remuneração direta | 211.243 | 199.887 |
| Benefícios | 44.442 | 40.343 |
| FGTS | 13.835 | 12.549 |
| Outros | 14.420 | 14.108 |
| Impostos, taxas e contribuições | <u>42.602</u> | <u>171.714</u> |
| Federais | (122.135) | 34.907 |
| Estaduais | 108.899 | 87.335 |
| Municipais | 55.838 | 49.472 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 1.744.619 | 1.086.727 |
| Remuneração de capital próprio | <u>(2.087.291)</u> | <u>(194.163)</u> |
| Valor adicionado distribuído (retido) | (16.130) | 1.331.165 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 - Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. é uma sociedade anônima, (doravante denominada “Companhia” ou “VLI Multi”), com capital fechado e com sede na Rua Sapucaí, nº 383, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é controlada pela VLI S.A. (“VLI”) e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos. A Companhia também possui uma filial não-operacional na China.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011. Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A.

Media Provisória nº 1.065/2021 e Lei 14.273/21

Com a promulgação da Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, (sancionada pela Lei 14.273/21, de 23 de dezembro de 2021), tornou-se viável a realização de requerimentos de autorização para a implantação e a exploração de trechos ferroviários, seguindo o modelo dos setores como telecomunicações (Lei nº 9.492, de 1997), energia elétrica (Lei nº 9.074, de 1995) e portuário (Lei nº 12.815, de 2013).

No modelo tradicional de desenvolvimento do setor sob o regime público, a exploração do setor ferroviário é dependente de iniciativa governamental e de um procedimento formal de concessão, mediante concorrência pública. Por sua vez, sob o novo regime, a autorização parte de iniciativa privada, mediante apresentação de pedido com informações sobre o projeto desejado, como trajeto, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, sendo, portanto, responsabilidade exclusiva da empresa autorizada a realização de todos os investimentos necessários para a implantação, expansão e modernização das instalações ferroviárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a VMM já protocolou requerimentos de autorização para a exploração de trechos ferroviários, quais sejam:

- (i) Uberlândia (MG) / Chaveslândia (MG), com previsão de 276,5 km de extensão de malha ferroviária, conectada à malha da FCA;
- (ii) Água Boa (MT) / Lucas do Rio Verde (MT), com 508 km de extensão;
- (iii) Perequê (Cubatão/SP) / TIPLAM (Santos/SP), com 9,0 km de malha ferroviária e conectada à malha da ferrovia Rumo Malha Paulista;
- (iv) Porto Franco (MA) – Balsas (MA), com 230 km de malha ferroviária e conectada à malha da FNS S.A. no tramo norte da Ferrovia Norte Sul;

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quatro requerimentos acima tiveram suas análises concluídas com a consequente outorga de autorização por meio da formalização de Contratos de Adesão junto ao Ministério da Infraestrutura para exploração dos citados trechos, o que se deu ainda sob a vigência da Medida Provisória, tendo a VLI obrigação contratual ao cumprimento do cronograma de desenvolvimento do projeto, bem como da fase de implantação e início da operação, em linha com as informações apresentadas conjuntamente ao requerimento de autorização para exploração dos respectivos trechos, sendo conferido aos interessados a renúncia de autorização de forma unilateral e sem sujeição a multas, uma vez identificado o desinteresse ou inviabilidade do projeto sujeito à autorização.

Posteriormente, já sob a égide da Lei nº 14.273/21, e da Resolução ANTT nº 5.987/22, a VLI requereu a autorização para exploração de mais 2 (dois) trechos ferroviários, a saber:

- (i) Riachão das Neves/BA e São Desidério/BA, com extensão aproximada de 140 km de malha ferroviária e conectada na futura malha da FIOL II e;
- (ii) Correntina/BA e Arrojolândia/BA, com extensão aproximada de 83 km de malha ferroviária e também conectada na futura malha da FIOL II.

As autorizações obtidas traduzem em um direito adquirido pela Companhia, mas não geram obrigações financeiras imediatas, nem acarretam investimentos obrigatórios, salvo após a evolução das etapas precedentes de projeto a serem desenvolvidas a partir da outorga. Neste sentido, nenhum ativo ou passivo está registrado inicialmente nas demonstrações financeiras da Companhia no momento inicial. Os eventuais gastos que envolvam etapas de pesquisa e desenvolvimento aos projetos serão registrados no resultado quando do seu incorrimento. Uma vez atingindo estágios de desenvolvimento dos projetos com a outorga efetiva, eles terão seus gastos ativados no imobilizado/intangível, sendo testados pelo seu valor recuperável, uma vez identificados quaisquer indicativos de redução ao valor recuperável na unidade geradora de caixa.

O controlador da Companhia é a VLI S.A.

As participações diretas da VLI Multi são:

| | Participações diretas | |
|---|-----------------------|------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Controladas diretas | | |
| Ferrovias Centro-Atlântica S.A. ("FCA") | 99,99% | 99,99% |
| Ferrovias Norte Sul S.A. ("FNS") | 100,00% | 100,00% |
| Ultrafértil S.A. ("Ultrafértil") | 85,64% | 85,64% |
| Júpiter Cargas Ltda. ("Júpiter") | 100,00% | - |
| Trato S.A. ("Trato") (anteriormente VLI Soluções S.A. ("VLI Sol")) | 100,00% | 100,00% |
| Controladas indiretas | | |
| Consórcio TMIB | 50% | 50% |
| Associação VLI para o Desenvolvimento Territorial Sustentável ("Instituto VLI") | 50% | - |

Ferrovias Centro-Atlântica S.A. - Controlada

A FCA é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multi, que detém 99,99% de seu capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante "RFFSA"), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a FCA celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferrobán (doravante denominada "Ferrobán"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito acima, passando o mesmo a compor os ativos de concessão da Malha Centro Leste. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da resolução 5101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a realização de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

| I – Trechos antieconômicos: | II – Trechos viáveis: |
|--|--|
| 1. Paripe (BA) – Mapele (BA); | 1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA); |
| 2. Ramal do Porto de Salvador; | 2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE); |
| 3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG); | 3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES); |
| 4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG); | 4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases; |
| 5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG); | 5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ); |
| 6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e | 6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA); |
| 7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ). | |

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela FCA no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Em novembro de 2019, a FCA concluiu acordo com a ANTT, União e Ministério Público, de se substituir a realização dos investimentos relacionados à Resolução 4.131, pela quitação pecuniária em 60 parcelas a se iniciarem em janeiro de 2020, do montante atualizado até a data base de junho de 2019, de R\$ 1.203.860. Este valor já se apresentou líquido pela homologação de obras realizadas pela FCA e no montante de R\$ 111.638 (Nota 22).

Solicitação de renovação da concessão da FCA

Os contratos de concessão da FCA, têm prazos de vencimento previsto para 2026. A Companhia já protocolou pedido formal de prorrogação antecipada do prazo do contrato de concessão, que foi devidamente qualificado por meio do Decreto Presidencial nº 9.059/17, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Neste íterim, foi sancionada a Lei nº 13.448/2017, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 752/2016, que estabelece as diretrizes gerais para prorrogação, inclusive antecipada e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334/2016, nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário da Administração Pública Federal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o pedido de renovação encontra-se em estágio de análise das contribuições oriundas da etapa de audiência pública realizada pela ANTT.

Ofício-circular ANTT - 482/2020

No dia 06 de Abril de 2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, orientou, através do ofício-circular Nº 482/2020/CECAF/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, que caberá às concessionárias manifestarem interesse formal em dar andamento à extinção do contrato de arrendamento de bens vinculados ao contrato de concessão de cada Concessionária (“Contrato de Arrendamento”).

No dia 03 de Julho de 2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, orientou, através do ofício-circular Nº 12341/2020/COAMA/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, que a extinção dos contratos de arrendamento não se trata de faculdade das concessionárias, e sim conforme manifestação constante no parecer da PF/ANTT, de imposição legal, a que se sujeitam todos os contratos de arrendamento vigentes, firmados com todas as concessionárias de exploração de infraestrutura e serviços de transporte ferroviário de cargas.

A FCA aderiu ao Decreto de Fim do Arrendamento em 27 de agosto de 2020 (Carta 435 GEARC), uma vez que a adesão passou ser obrigatória (Ofício 12341 COAMA), e por estar apta ao processo, tendo sido solicitada pela FCA revisão e esclarecimento da lista de bens, com novo protocolo em 27 de outubro de 2020 (Carta 554 GEARC).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No dia 03 de dezembro de 2020, através da Nota Técnica 5811/2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, conclui que a concessionária FCA encontra-se habilitada para a extinção do contrato de arrendamento nos termos definidos pela ANTT, tendo avaliado que a Concessionária deverá ter a obrigação de, ao final do período da concessão, reverter à União uma quantidade mínima de vagões cujo somatório seja igual ou superior a 2.389.271,02 toneladas e uma quantidade mínima de locomotivas cujos somatórios de “potência bruta” e de “esforço trator” sejam iguais ou superiores a 667.790hp e 7.541.161 kgf, respectivamente.

No dia 04 de dezembro de 2020 e através do Ofício 22684 COAMA, a ANTT divulgou os requisitos de publicidade aos processos de extinção dos contratos de arrendamento de bens vinculados ao contrato de concessão, tendo a FCA cumprido as exigências e estando as informações divulgadas em seu sítio eletrônico bem como da ANTT.

A adesão ao Ofício supracitado implicará na transferência dos bens móveis de arrendamento, em seu estado atual, à FCA, sendo obrigação da mesma, ao final da Concessão, reverter à União ativos que correspondam a esta mesma capacidade (tonelada transportada de vagão e potência tracionada de locomotivas).

Os bens imóveis arrendados, por sua vez, serão excluídos do Contrato de Arrendamento, sendo firmado um termo de cessão de uso diretamente com o DNIT.

O processo referente tanto aos bens móveis quanto imóveis encontra-se sob análise por parte da ANTT, sendo que DNIT já realizou as análises das minutas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração possui capacidade instalada própria suficiente para suprir, ao final da Concessão, a capacidade calculada e divulgada acima, não se fazendo necessários investimentos adicionais. Desta forma, os eventuais impactos se limitarão a reclassificação de eventuais ativos da rubrica de imobilizado para intangível.

Ferrovia Norte Sul S.A. - Controlada

A FNS é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão, com duração de 30 anos, renovável por mais 30 anos, a critério das partes.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. (“VALEC”), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão, entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consórcio TMIB (“TMIB”)

Em 15 de março de 2013 foi celebrado um contrato, entre a Petróleo Brasileiro S.A - “Petrobras” e a VLI Operações Portuárias S.A. (subsequentemente incorporada na VMM), que teve por objeto a constituição de um Consórcio através da união de ativos, recursos técnicos, humanos e financeiros das consorciadas, visando a operação comercial do Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB.

O TMIB é um terminal portuário privativo de uso misto, localizado no km 22 da Rodovia SE 226, no Estado de Sergipe, de propriedade da Petrobras, cujo a execução do serviço de operação encontra-se sob a responsabilidade da Vale S.A. conforme contrato operacional datado de 13 de dezembro de 2004, e posterior contrato de 15 de maio de 2013.

A VMM, como líder do consórcio, é responsável por toda a operação do TMIB e por toda tomada de gestão no empreendimento, sendo configurado o seu controle. Suas operações são registradas no balanço da VMM seguindo o CPC 18 (R2) / IAS 28, sendo o TMIB equiparado a uma investida.

Ultrafértil S.A. – Controlada

A Ultrafértil S.A. é uma Companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com sede no município de Belo Horizonte (MG), as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

Júpiter Cargas Ltda. - Controlada

A Júpiter Cargas Ltda. é uma empresa limitada, com sede na cidade de Santos (SP), tem por objeto social principal a prestação de serviços de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, sendo controlada direta da UF.

A empresa encontra-se em situação pré-operacional.

Trato S.A. (“Trato”) (anteriormente VLI Soluções S.A. (“VLI Sol”) – Controlada

A Trato Logística S.A., constituída inicialmente como VLI Soluções S.A em 21 de fevereiro de 2011, possui sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A Trato Logística S.A. é controlada pela VLI Multimodal e tem por objeto social exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, bem como comercialização de produtos e de serviços logísticos de carga; gestão e suporte ao caminhoneiro e pequenas transportadoras; desenvolvimento e licenciamento de softwares; operação, gestão e exploração de terminais rodoviários próprio ou de terceiros; prestação de serviços financeiros e de gestão e administração de recebíveis e pagamentos de estabelecimentos próprios ou credenciados; participação no capital social de outras sociedades e, por fim, execução de quaisquer atividades fins, correlatas, acessórias ou complementares as citadas anteriormente.

Associação VLI para o Desenvolvimento Territorial Sustentável (“Instituto VLI”)

O Instituto VLI, constituído em 12 de novembro de 2021, tem por objetivo o fomento do desenvolvimento sustentável por meio de ações sociais, ambientais, educacionais e culturais em regiões localizadas no entorno das concessões da VLI e a execução de atividades de pesquisa, inovação e implementação de projetos de agricultura sustentável e outros afins, a fim de promover o compartilhamento de valor associado ao desenvolvimento econômico, social e ambiental das regiões localizadas no entorno das concessões da VLI.

O Instituto ainda não está em operação, estando em fase de constituição de suas operações.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2023. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

| | |
|---|---|
| Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) | Referência à Estrutura Conceitual e apresentação das demonstrações contábeis |
| Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) e IFRS - Declaração da Prática | Divulgação de Políticas Contábeis |
| Alterações à IAS 8 / CPC 23 | Definição de Estimativas Contábeis |
| Alterações à IAS 12 / CPC 32 | Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação |
| Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture |

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Alteração ao IAS 1 – “Apresentação das demonstrações contábeis:

De acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

- (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento Passivos por Desativação, Restauração e Outros
- (ii) Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo

• O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Alteração ao IAS 16 / CPC 27 - “Ativo imobilizado”: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionadas devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37 / CPC 25 – “Provisão, passivos contingentes e ativos contingentes”: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:

- IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução no valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos não financeiros para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de redução do valor recuperável, quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual redução do valor recuperável.

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporárias em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas e custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão e subconcessão

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços de suas controladas. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras

A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(c) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(e) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os instrumentos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio do resultado.

(f) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(g) Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, aos títulos registrados em contas a receber. A metodologia de redução do valor recuperável aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por:

- (i) mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira e;
- (ii) mensurar provisões para perdas de crédito esperada para 12 meses para os ativos com características específicas listados abaixo:
 - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;

(i) perda de crédito para vida inteira - *lifetime expected credit losses – lifetime – ECL*

(ii) perda de crédito esperada para 12 meses – *12 month expected credit losses – 12 month ECL*

Segregação da carteira de recebíveis por safras de produção de crédito semestrais
Segregação de títulos com natureza específica ou com partes relacionadas para evitar contaminação
Compilação de média linear de 3 safras
Aplicação do fator de PIB agropecuário como índice de sensibilização futura sobre os percentis de perda

Acompanhamento da evolução do risco de crédito dos créditos específico por se tratar de títulos com natureza específica

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(h) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas da Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As exposições cambiais dos empréstimos no exterior contam com suas posições protegidas via operações de *hedge* (contratos de *swap*), efetuadas sob a orientação da Tesouraria da Companhia.

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato dos instrumentos financeiros derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos instrumentos financeiros derivativos como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos em moeda estrangeira. O ganho ou perda relacionados as parcelas efetivas e não efetivas de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 32.

(i) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por redução ao valor recuperável (Nota 4(g)).

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(j) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, que pode ser o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(k) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

(l) Consórcios

As atividades essenciais do TMIB são de responsabilidade da VMM que, como líder do consórcio, é responsável por toda a operação do TMIB e por toda tomada de gestão no empreendimento, sendo configurado o seu controle. Seus impactos são registrados nas demonstrações financeiras individuais da VLI seguindo o CPC 18 (R2) / IAS 28, sendo a entidade equiparada a uma investida. Dado o caráter de controle exercido pela VMM, as demonstrações financeiras consolidadas da VLI contemplam a totalidade da operação do TMIB.

(m) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

(n) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | <u>Anos</u> |
|--------------------------------------|-------------|
| Locomotivas e vagões | 49 |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 32 |
| Edifícios e benfeitorias | 2 |
| Via permanente | 33 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

(o) Intangível

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se referente aos direitos de exclusividade conferidos à VLI Multimodal S.A. de contratar prestação exclusiva de serviços ferroviários e acessórios prestados pela Vale S.A.

Amortização

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | <u>Anos</u> |
|---------------------------------|-------------|
| Backlog de clientes | 18 |
| Benfeitorias em bens arrendados | 25 |
| Direitos de uso | 33 |
| Compra de capacidade | 1 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(p) Redução no valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. As revisões da redução do valor recuperável são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível redução do valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de redução do valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação da redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por redução do valor recuperável, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão deste na data do balanço.

(q) Fornecedores e contas a pagar (risco sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresa da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto (custeado pelo próprio fornecedor) e, quando contratado entre banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realização uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(r) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

(s) Arrendamentos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros;
- e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

As taxas de desconto utilizados pela Companhia em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 são:

| | VMM |
|-------------|------------------|
| Vagões | de 9,00% a 9,69% |
| Locomotivas | de 8,04% a 9,69% |
| Terminais | 3,04% |

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

| Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F – embasaram o cálculo das taxas incrementais em 1º de janeiro de 2019 | Taxa |
|---|-----------------|
| 1 a 2 anos | 7,81% a 8,58% |
| 3 a 4 anos | 9,24% a 9,76% |
| 5 a 6 anos | 10,10% a 10,38% |
| 7 a 8 anos | 10,60% a 10,74% |
| 9 a 10 anos | 10,83% a 10,92% |
| 11 a 12 anos | 11,00% a 11,06% |

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(t) Provisões

As provisões para as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(u) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e desde que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(v) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia, através da sua Controlada Ultrafertil, é patrocinadora dos planos Petros Ultrafertil, que está estruturado na modalidade de benefício definido e adicionalmente, plano de assistência médica Ultrafertil garantido pela Resolução RN Nº 279/11 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que garantem aos empregados demitidos e beneficiários a permanência no plano vitaliciamente, ou se a contribuição for inferior a dez anos, cada ano de serviço prestado dará direito a um ano de permanência no plano, o passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes.

A Companhia também é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

Os programas de Incentivos de longo prazo oferecidos pelas Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) (*Matching e Phantom*) estão descritos na Nota 31. Os referidos incentivos classificam-se como “outros benefícios de longo prazo” pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV (“unidades de valor virtual”) a cada data-base de reporte.

(w) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis, todas sem valor nominal. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(x) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários, transportes ferroviário e rodoviário, e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções e descontos.

O reconhecimento das receitas obedece:

- (i) a identificação de um contrato com cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a avaliação das eventuais contraprestações variáveis;
- (iv) a alocação do preço à respectiva obrigação de desempenho;
- (v) o reconhecimento da receita a medida ou no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, sendo que a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários, rodoviários e portuários à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas de serviços

A Companhia presta serviços de transportes de carga ferroviários, rodoviários e portuários. As vendas são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, ou seja, ao longo da execução dos mesmos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, muito embora o faturamento efetivo possa se dar em momento distinto e em linha com as exigências contratuais e legislatórias impostas pelos órgãos reguladores.

A Companhia avalia o período de reconhecimento das receitas de forma tempestiva, efetuando ajustes contábeis para melhor aproximar o cumprimento das obrigações de desempenho que se dão ao longo do tempo versus os eventuais registros por faturamento, conforme exigências contratuais ou dos órgãos reguladores.

Receitas de indenizações, multas ou *take-or-pay* (“TOP”)

A Companhia também opera com contratos do tipo *take-or-pay*, em que seus clientes têm a obrigação de adquirirem a prestação de serviços pré-acordadas ou ficam sujeitas a multas pelo seu não cumprimento.

Os volumes de TOP são apurados tempestivamente e individualmente por cada contrato, sendo seu reconhecimento se dando somente com:

- (i) lastro contratual;
- (ii) apuração efetiva das diferenças de volume dos serviços prestados versus contratados;
- (iii) mensuração acurada das tarifas;
- (iv) aceite do cliente quanto as diferenças.

Desta forma, as receitas de TOP se dão ao longo do tempo, sendo faturadas observando as disposições contratuais de cada cliente.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(y) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(z) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 30, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(aa) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

(ab) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 dizem respeito a:

- (i) reconhecimento de dividendos a receber de controladas no montante de R\$ 118.570 (Notas 10 e 15);
- (ii) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do IFRS 16 no montante de R\$ 20.474 (Notas 16 e 22).
- (iii) adições de direitos de uso no imobilizado e obrigações de arrendamento, e que derivam do IFRS 16 nos montantes de R\$ 51.061 (Notas 16 e 22);
- (iv) alienação de material rodante com a FNS no montante de R\$ 338.890, tendo sido R\$ 100.000 já liquidados em 2022 (Notas 6 e 8);
- (v) provisão para baixa de ativos de imobilizado no montante de R\$ 28.657 e reversão de provisão de estoques para intangíveis no montante de R\$ 3 (Nota 27(c) e Nota 17);
- (vi) opção de compra de capacidade no montante de R\$ 44.788 ainda não pago;
- (vii) capitalização de ativos intangíveis na investida Trato S.A. no montante de R\$ 23.891 (Nota 15);
- (viii) realização financeira em 2022 da venda de ativos não circulantes mantidos para venda no montante de R\$ 61.363;
- (ix) rolagem de dívida no exterior no montante de R\$ 519.119 (Nota 32.2);
- (x) R\$ 61.363 referentes a ativos não correntes mantidos para venda liquidados em 2022 (Nota 16.1).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 dizem respeito a:

- (i) capitalização em Controlada de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 260.000;
- (ii) reconhecimento de dividendos a receber de controladas e ainda não pagos no montante de R\$ 71.165 (Nota 15);
- (iii) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do IFRS 16 no montante de R\$ 26.579 (Notas 16 e 22).
- (iv) adições de direitos de uso no imobilizado e obrigações de arrendamento, e que derivam do IFRS 16 nos montantes de R\$ 50.262 (Notas 16 e 22);
- (v) alienação de material rodante com a FNS, já liquidado e no montante de R\$ 726.383 (Notas 6 e 8);
- (vi) provisão de estoques para intangíveis no montante de R\$ 4 (Nota 17);
- (xi) R\$ 61.363 referentes a ativos não correntes mantidos para venda liquidados em 2022 (Nota 16.1).

5 - Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Caixa e bancos | 10.148 | 10.676 |
| Aplicações financeiras (i) | 1.414.807 | 1.902.016 |
| | <u>1.424.955</u> | <u>1.912.692</u> |

- (i) Aplicações em operações compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), efetuados através de fundo de investimento restrito do Grupo VLI (R\$ 209.848), bem como de forma própria (R\$ 1.204.959 (2021 – R\$ 1.902.016)), com remuneração média de 103,17% (2021 – 104,24%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

6 - Contas a receber

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Circulante | | |
| Contas a receber de terceiros | 262.956 | 318.768 |
| Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8) | 345.555 | 102.165 |
| Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber | (51.649) | (36.468) |
| | <u>556.862</u> | <u>384.465</u> |
| Contas a receber de clientes, líquidas | | |
| Não circulante | | |
| Contas a receber de terceiros | 16.827 | 20.256 |
| | <u>16.827</u> | <u>20.256</u> |
| | <u>573.689</u> | <u>404.721</u> |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber seguem:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|------------------------|------------------------|
| Método simplificado | | |
| Saldo no início do exercício | (4.189) | (6.739) |
| (+) Aumento | (619) | - |
| (-) Redução | 1.694 | 2.550 |
| Saldo ao final do exercício | <u>(3.114)</u> | <u>(4.189)</u> |
| Take or pay e multas (acompanhamento do risco de crédito) | | |
| Saldo no início do exercício | (32.279) | (13.098) |
| (+) Aumento | (19.233) | (32.220) |
| (-) Redução | 2.977 | 13.039 |
| Saldo ao final do exercício | <u>(48.535)</u> | <u>(32.279)</u> |
| | <u>(51.649)</u> | <u>(36.468)</u> |
| Variação operacional - resultado | (15.181) | (16.890) |
| Variação financeira - resultado | - | 259 |
| | <u>(15.181)</u> | <u>(16.631)</u> |

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir, estando sujeito ao provisionamento para perdas de crédito conforme política interna da Companhia (Nota 4(g)):

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| A vencer | 588.254 | 402.228 |
| Vencidos até 3 meses | - | 2.376 |
| Vencidos de 3 a 6 meses | 116 | 718 |
| Vencidos acima 6 meses | 36.968 | 35.867 |
| Contas a receber de clientes | <u>625.338</u> | <u>441.189</u> |

7 – Estoques

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Estoques para manutenção de equipamentos e instalações | 19.228 | 18.143 |
| Combustíveis, lubrificantes e gases | 611 | 516 |
| Materiais de consumo de oficina e manutenção | 9.624 | 8.997 |
| Materiais elétricos e eletrônicos | 2.678 | 2.141 |
| Outros materiais | 13.677 | 3.689 |
| | <u>45.818</u> | <u>33.486</u> |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contempla R\$ 6.379 (2021 - R\$ 6.911) de provisões para desvalorização de estoques.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 - Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

| Balço patrimonial | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativo circulante | | |
| Contas a receber (Nota 6) | | |
| Subsidiárias (i) | 270.235 | 18.505 |
| Outras | 75.320 | 83.660 |
| | 345.555 | 102.165 |
| Mútuo | | |
| Subsidiária (Nota 13) | 100.210 | 1.822 |
| Outras (Nota 13) | 4.209 | - |
| | 104.419 | 1.822 |
| Ativo não circulante | | |
| Mútuo | | |
| Subsidiária (Nota 13) | - | 101.109 |
| Outras (Nota 13) | 103.787 | - |
| | 103.787 | 100.109 |
| Passivo circulante | | |
| Fornecedores (Nota 18) | | |
| Controladora (VLI S.A.) (ii) | 2.686 | 2.717 |
| Subsidiárias (ii) | 73.042 | 38.580 |
| Outras | 344.620 | 228.247 |
| | 420.348 | 269.544 |
| Obrigações por arrendamento (Nota 22) | | |
| Controladora indireta (Vale S.A.) (iii) | 30.073 | 15.260 |
| Outros (iii) | 34.049 | 28.331 |
| | 64.122 | 43.591 |
| Passivo não circulante | | |
| Obrigações por arrendamento (Nota 22) | | |
| Controladora indireta (Vale S.A.) (iii) | 48.585 | 78.213 |
| Outros (iii) | 120.376 | 126.192 |
| | 168.961 | 204.405 |

VLI MULTIMODAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Demonstração do resultado | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|--------------------|--------------------|
| Receitas | | |
| Receita de aluguel de terminais Subsidiárias | 24.803 | 21.467 |
| | 24.803 | 21.467 |
| Receita de aluguel de locomotivas e vagões Subsidiárias | 17.924 | 75.544 |
| | 17.924 | 75.544 |
| Custos e despesas | | |
| Custo dos serviços (vi) Subsidiárias | (1.011.012) | (1.027.415) |
| Outras | (1.189.761) | (928.473) |
| | (2.200.773) | (1.955.888) |
| Outras receitas (despesas) operacionais (vii) | | |
| Controladora (VLI S.A.) | (26.522) | (29.716) |
| Subsidiárias (v) e (i) | 458.004 | 102.077 |
| Outras (viii) | 55.174 | 51.339 |
| | 486.656 | 123.700 |
| Previdência complementar | | |
| Outras | (6.672) | (5.932) |
| | (6.672) | (5.932) |
| Receitas (despesas) financeiras | | |
| Outras | 31.555 | - |
| | 31.555 | - |

As análises de vencimentos de contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer | 345.555 | 101.880 |
| Vencidos até 3 meses | - | 205 |
| Vencidos de 3 a 6 meses | - | 80 |
| | 345.555 | 102.165 |

- (i) Substancialmente representado pela venda de material rodante realizada em dezembro de 2022 da VMM para a FNS, no montante de R\$ 338.890, embasado em valor justo de mercado, tendo sido R\$ 100.000 já liquidados em 2022. Os lucros apurados na operação montam a R\$ 217.603 e foram eliminados do resultado da VMM, seguindo as premissas do ICPC 09 (Nota 15).
- (ii) Os valores a pagar no passivo circulante são referentes aos contratos de prestação de serviço ferroviário com a Vale S.A. de R\$ 343.170 (2021 – R\$ 227.007) e com FCA de R\$ 40.783 (2021 – R\$ 38.617); e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 2.686 (2021 – R\$ 2.717).
- (iii) Referem-se às obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais arrendados com a FCA e FNS e vagões perante a Mitsui Rail Capital (“MRC”).
- (iv) Os valores relativos a custos dos serviços em 2022 e 2021 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA e a Vale S.A.
- (v) As receitas referem-se substancialmente a multas contratuais e recuperação de despesas com a Vale e fruto dos contratos de prestação de serviço mantidos no curso ordinário do negócio da VMM.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vi) Custos são referentes a subcontratação da FCA e da VALE para realização de cargas de transportes nos fluxos operados pela Companhia.
- (vii) Saldos referem-se substancialmente aos resultados líquidos com compartilhamento de gastos, representados por serviços prestados, processos transacionais de suprimentos, financeiros, recursos humanos, TI, jurídico e outros.
- (viii) Contempla a venda de 30 conjuntos rodoviários perante a MRC Locação de Equipamentos TRNT Ltda., empresa pertencente a Mitsui Rail Capital ("MRC"), pelo montante de R\$ 14.400, tendo sido apurados lucro no montante de R\$ 6.610 (Nota 14.1).

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas (despesas) com compartilhamento de gastos | | |
| Controladora (VLI S.A.) | (26.526) | (29.716) |
| Subsidiárias | 139.036 | 102.077 |
| | <u>112.510</u> | <u>72.361</u> |

8.1 – Compra de capacidade

A Companhia, na sua qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), efetua, anualmente, aquisição de direitos de capacidade excedente da Ferrovia Centro Atlântica S.A. (Nota 17).

8.2 – Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), com o respectivo reembolso no Grupo via contrato de compartilhamento de despesas (Nota 27(b)).

9 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| ICMS a recuperar | 5.468 | 12.541 |
| PIS e COFINS a compensar (i) | 43.660 | 38.913 |
| Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte | 3.239 | 18.824 |
| Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social | 17.672 | 34.161 |
| Outros | 309 | 18.134 |
| | <u>70.348</u> | <u>122.573</u> |
| Não circulante | | |
| ICMS a recuperar | 13.707 | 1.560 |
| PIS e COFINS a compensar (i) | 134.764 | 120.644 |
| Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social | 35.261 | 9.445 |
| Outros | 2.058 | 1.436 |
| | <u>185.790</u> | <u>133.085</u> |
| Total – tributos a recuperar | <u>256.138</u> | <u>255.658</u> |

(i) Na VMM encontra-se registrado R\$ 51.317 de créditos referentes à exclusão do ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e da COFINS relacionados ao período de 2012 a 2017, conforme processo 1000580-98.2017.4.01.3800, transitado em julgado em Maio de 2022 e habilitado para compensação em Novembro de 2022. A partir de Novembro de 2022 os créditos passaram a ser compensados com débitos federais.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

10 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI Multimodal, foram propostos por suas controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 os dividendos a receber montam em R\$ 137.107 (2021 - R\$ 311.627), sendo devidos pelas:

(a) Ferrovia Norte Sul S.A. - FNS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram deliberados pela FNS a distribuição de R\$ 93.903 a títulos de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados em 2022, valores estes ainda não pagos. Adicionalmente, foram aprovados e pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 dividendos adicionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no montante de R\$ 148.874.

Os dividendos de R\$ 49.624 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram recebidos ao longo do exercício de 2022.

Os dividendos de R\$ 54.457 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 100.000 deliberados adicionalmente em 2019, respectivamente, foram recebidos ao longo do exercício de 2021.

Os dividendos adicionais deliberados em 2019 e no montante R\$ 225.237 foram pagos ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Ultrafértil S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram deliberados pela UF a distribuição de R\$ 7.686 a títulos de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados em 2022, valores estes ainda não pagos e tendo previsão de recebimento posterior a 2023, tendo sido apresentados no longo prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram deliberados pela UF a distribuição de R\$ 14.515 a títulos de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados em 2021, valores estes ainda não pagos.

Os dividendos de R\$ 11.678 referentes ao exercício de 2020 foram recebidos ao longo do exercício de 2021.

Os dividendos adicionais deliberados em 2017 e no montante R\$ 11.022 ainda não foram pagos, tendo previsão de recebimento posterior a 2023 e logo, tendo sido apresentados no longo prazo.

(c) Consórcio TMIB

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram deliberados pelo Consórcio TMIB a distribuição R\$ 16.981 a título de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados em 2021, tendo sido R\$ 7.000 já pagos em 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram deliberados pelo Consórcio TMIB a distribuição R\$ 7.026 a título de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados em 2020, valores estes já pagos em 2022.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram deliberados pelo Consórcio TMIB a distribuição R\$ 67.126 a título de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados de 2014 a 2019, tendo sido R\$ 49.922 pagos em caixa. Adicionalmente, R\$ 13.000 foram pagos em caixa ao longo do exercício de 2021, tendo sido o restante pago em 2022.

11 - Despesas pagas antecipadamente

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Prêmios de seguros pagos antecipadamente | 6.072 | 403 |
| Despesas com licença de uso de softwares | 6.401 | 3.814 |
| Outras | 72 | 87 |
| | <u>12.545</u> | <u>4.304</u> |
| Não circulante | | |
| Subcrédito social pago antecipadamente | - | 5.976 |
| Outros | 156 | 112 |
| | <u>156</u> | <u>6.088</u> |
| | <u>12.701</u> | <u>10.392</u> |

12 - Demais ativos

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Adiantamento a empregados | 1.782 | 2.846 |
| Adiantamento a fornecedores | 7.468 | 11.814 |
| Outras contas (a) | 23.018 | 20.264 |
| | <u>32.268</u> | <u>34.924</u> |
| Não circulante | | |
| Adiantamento a fornecedores | 31.833 | 2.572 |
| Outros | 9 | - |
| | <u>31.847</u> | <u>2.572</u> |
| | <u>64.115</u> | <u>37.496</u> |

(a) Refere-se substancialmente aos recebíveis referente ao arrendamento de terminais com as controladas FCA e FNS.

13 - Mútuo

Em 31 de dezembro de 2022, contempla R\$ 100.090 cedidos a controlada FCA, com vencimento em 10 de dezembro de 2023, com pagamentos de juros anuais e com a taxa de CDI + 1,5%, limitada a 12% a.a. Adicionalmente, também contempla R\$ 102.143 cedidos a controlada Ultrafértil, com vencimento em 15 de setembro de 2024 e 16 de dezembro de 2024, com pagamentos de juros anuais e com a taxa de 100% da SELIC.

Por fim, também contempla R\$ 3.133 cedidos ao Terminal VLI Porto Franco S.A. ("TPF"), controlada da VLI S.A., com vencimento em dezembro de 2025 com pagamentos de juros anuais e com a taxa de 100% da SELIC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações está descrita na Nota 14.1, sendo eventuais valores de reembolso e o momento das suas realizações incertos.

Saldos dos depósitos e processos judiciais:

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|--------------|----------------------------|---|----------------------------|---|
| | Depósitos judiciais | Provisões para processos judiciais | Depósitos judiciais | Provisões para processos judiciais |
| Trabalhistas | 1.895 | 16.313 | 1.403 | 9.552 |
| Cíveis | 211 | 573 | 164 | 4.001 |
| Tributárias | - | 67.961 | 745 | 62.003 |
| Outros | 24 | 748 | - | 781 |
| | 2.130 | 85.595 | 2.312 | 76.337 |

Movimentação das provisões para processos judiciais:

| | 31/12/2021 | Adições/ (reversões) | Pagamento | Adições/ (reversões) juros e atualização monetária | 31/12/2022 |
|--------------|-------------------|-----------------------------|------------------|---|-------------------|
| Trabalhistas | 9.552 | 6.734 | (2.968) | 2.995 | 16.313 |
| Cíveis | 4.001 | (2.170) | (324) | (934) | 573 |
| Tributárias | 62.003 | 14 | (21) | 5.965 | 67.961 |
| Outros | 781 | 312 | (38) | (307) | 748 |
| | 76.337 | 4.890 | (3.351) | 7.719 | 85.595 |

| | 31/12/2020 | Adições/ (reversões) | Pagamento | Adições/ (reversões) juros e atualização monetária | 31/12/2021 |
|--------------|-------------------|-----------------------------|------------------|---|-------------------|
| Trabalhistas | 10.492 | 2.030 | (1.817) | (1.153) | 9.552 |
| Cíveis | 862 | 1.843 | (312) | 1.608 | 4.001 |
| Tributárias | 46.082 | 23.772 | (4.743) | (3.108) | 62.003 |
| Outros | - | 898 | - | (117) | 781 |
| | 57.436 | 28.543 | (6.872) | (2.770) | 76.337 |

14.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes com prognóstico de perda possível no montante aproximado de R\$ 561.963 (2021 – R\$ 498.134), referente a causas de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhistas (a) | 5.721 | 17.274 |
| Cíveis (b) | 53.079 | 29.716 |
| Tributárias (c) | 502.188 | 450.264 |
| Ambientais (d) | 975 | 880 |
| | <u>561.963</u> | <u>498.134</u> |

- (a) Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da VLIMM, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais e pedido de responsabilidade solidária da VLIMM, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- (b) Cíveis: trata-se de demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela Companhia que alegam prejuízos contratuais, além de ações anulatórias.
- (c) Tributários: trata-se, principalmente, de glosa de créditos de ICMS e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- (d) Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras, de que a Companhia teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sumário das principais causas:

| Natureza | Tipo de ação | Valor em risco possível | Breve descrição do processo |
|-------------|-----------------------------|-------------------------|---|
| Tributárias | Auto de infração | R\$ 209.329 | Objeto: Cobrança de ISSQN incidente sobre serviços portuários de carga e descarga nos terminais marítimos TPD, TPM e TGL, situados no Município de Vitória/Es. Andamento atual: Autos conclusos para decisão. |
| Tributárias | Auto de Infração/Impugnação | R\$ 110.018 | Objeto: Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob o entendimento de que a empresa, no período compreendido pela autuação, estaria obrigada ao recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) prevista no art. 8º da Lei Federal nº 12.546/11. Sustentou-se a insubsistência do lançamento sob o fundamento de que a atividade principal da empresa consistiria na Prestação de Transporte Ferroviário de Cargas, conforme CNAE (49-11-6/00), visto que (i) sequer detém o direito de concessão para a exploração de tal serviço; (ii) a operacionalização do serviço é realizada mediante a contratação de reserva de capacidade com as empresas concessionárias; (iii) a mera inscrição no CNAE no código 49-11-6/00 não é hipótese de incidência do tributo e; (iv) a necessidade de inscrição no CNAE em diversas classificações econômicas, de forma a abranger todas as atividades desenvolvidas pela empresa, visando possibilitar o cumprimento das obrigações fiscais acessórias. Além, defendeu a necessidade de exclusão do ICMS, ISS, PIS e COFINS da base de cálculo da CPRB e a imunidade constitucional em relação às receitas de exportação para fins de exclusão da base da contribuição em tela. Andamento atual: Recursal 2ª instância - Aguarda-se disponibilização/intimação do acórdão que julgou o recurso voluntário interposto. |
| Tributárias | Ordinária | R\$ 4.959 | Objeto: Trata-se de despacho decisório que não reconheceu o direito creditório da empresa, referente a créditos de PIS e COFINS não utilizados no ano de 2014, o que ocasionou na retificação das respectivas DACONS e DCTFs e no PER/DCOMP 36820.50199.200117.1.7.04-5690. Andamento atual: Aguarda-se julgamento de primeira instância. |
| Cíveis | Ação de indenização | R\$ 15.468 | Objeto: Ação de Indenização ajuizada pela Rodofenix sustentando descumprimentos contratuais das Rés ao longo da relação comercial. Andamento atual: Conhecimento. Aguardando remessa dos autos para a comarca do Rio de Janeiro, RJ. |
| Tributárias | Auto de Infração/Impugnação | R\$ 50.039 | Objeto: Cobrança devida a título de PIS e de COFINS, no período entre 30/11/2015 e 31/08/2019. Andamento atual: Decisão negativa. Aguardando julgamento do recurso voluntário interposto pela VLI. |
| Cíveis | Arbitragem | R\$ 21.216 | Objeto: Ação Anulatória ajuizada para reconhecimento da insubsistência das cobranças relativas aos Processos de Cobrança n.ºs 10680-915.745/2018-54; 10680-915.908/2018-07; 10680-913.993/2018-61; 10680-914.446/2018-01; 10680-913.991/2018-71; 10680-914.443/2018-69; 10680-914.444/2018-11; 10680-913.992/2018-16 e 10680-914.445/2018-58. Andamento atual: Fase de instrução – aguarda-se laudo complementar da perita para análise/manifestação, após termos apresentado documentação solicitada. |
| Tributárias | Auto de Infração/Impugnação | R\$ 13.005 | Objeto: Trata-se de Ação Anulatória ajuizada em razão da cobrança de ICMS DIFAL, conforme Auto de Infração 2015/004423, referente aos fatos geradores ocorridos entre 01/01 a 08/2015. Apresentou-se seguro garantia para suspensão da exigibilidade, viabilizando a obtenção de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição no CADIN estadual. Andamento atual: Fase de instrução – aguarda-se definição acerca do perito e respectivos honorários. |
| Tributárias | Auto de Infração/Impugnação | R\$ 14.167 | Objeto: Trata-se de Ação Anulatória ajuizada visando à declaração de insubsistência do crédito tributário ilegitimamente constituído por intermédio do Auto de Infração n.º 007/2016 através do qual foi exigido da Autora crédito tributário a título do ISSQN no valor histórico de R\$ 8.172, por suposta ausência de retenção, ou retenção a menor, do imposto incidente sobre serviços tomados em relação a fornecedoras e sobre o fornecimento de equipamentos. Andamento atual: TJTO manteve a sentença e julgou insubsistente o crédito tributário. Aguarda-se trânsito em julgado ou eventual recurso fazendário. |
| Cíveis | Ação Ordinária | Valor inestimável | Objeto: Inquérito Civil para apuração de supostas irregularidades da empresa e responsabilidade pelo acidente que vitimou fatalmente um maquinista em 13/04/2022. Andamento atual: Juntada de documentos e laudo investigativo aos autos. |

15 - Investimentos

15.1 - Movimentação dos investimentos

| | 31/12/2022 | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|
| | FCA | FNS | UF | Trato | TMIB | VLI Multi |
| Saldo no final em 31 de dezembro de 2021 | 4.516.156 | 2.586.380 | 1.709.025 | 16.244 | 36.272 | 8.864.077 |
| Aumento de capital | - | - | - | 55.409 | - | 55.409 |
| Aumento de capital com capitalização de intangível (Nota 17) | - | - | - | 23.891 | - | 23.891 |
| Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 24(b)) | - | - | 11.024 | - | - | 11.024 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | | | |
| Resultado das controladas | (2.541.656)(i) | 511.643 | 32.364 | (40.701) | 13.899 | (2.024.451) |
| Distribuição de resultados a consorciada | - | - | - | - | (16.981) | (16.981) |
| Dividendos mínimos propostos | - | (93.903) | (7.686) | - | - | (101.589) |
| Dividendos adicionais propostos | - | (148.871) | - | - | - | (148.871) |
| Resultados não realizados - IFRS 16 (Nota 15.2) | (296) | 1.197 | - | - | - | 901 |
| Resultados não realizados – venda de ativos | - | (217.603) | - | - | - | (217.603) |
| Baixa de resultados não realizados – venda de ativos | 1.017 | 7.486 | - | - | - | 8.503 |
| Outros | (38) | - | - | - | - | (38) |
| Saldo no final em 31 de dezembro de 2022 | 1.975.183 | 2.646.329 | 1.744.727 | 54.843 | 33.190 | 6.454.272 |

(i) Contempla registro de R\$ 1.313.676 referentes a não recuperabilidade de ativos na controlada indireta FCA.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 31/12/2021 | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|
| | FNS | UF | FCA | Trato | TMIB | VLI Multi |
| Saldo no final em 31 de dezembro de 2020 | 2.356.889 | 1.662.170 | 4.669.353 | 1 | 25.524 | 8.713.937 |
| Constituição de reserva de capital | - | - | 66 | - | - | 66 |
| Aumento de capital | - | - | 259.934 | 26.700 | - | 286.634 |
| Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 24(b)) | - | 253 | - | - | - | 253 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | | | |
| Resultado das controladas | 271.958 | 61.117 | (416.478) | (10.457) | 17.774 | (76.086) |
| Distribuição de resultados a consorciada | - | - | - | - | (7.026) | (7.026) |
| Dividendos propostos | (49.624) | (14.515) | - | - | - | (64.139) |
| Resultados não realizados - IFRS 16 (Nota 15.2) | (329) | - | 3.151 | - | - | 2.822 |
| Realização de resultados anteriormente não realizados – venda de ativos | 7.486 | - | 186 | - | - | 7.672 |
| Outros | - | - | (56) | - | - | (56) |
| Saldo no final em 31 de dezembro de 2021 | 2.586.380 | 1.709.025 | 4.516.156 | 16.244 | 36.272 | 8.864.077 |

15.2 - Reconciliação equivalência patrimonial:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|--------------------|-----------------|
| Equivalência patrimonial – DRE | (2.224.012) | (57.158) |
| Efeito contrato de arrendamento de locomotivas - MRC 27 (Nota 16(e)) | (8.676) | (8.491) |
| Resultados não realizados – IFRS 16 | (901) | (2.822) |
| Resultados não realizados – venda de ativos (Nota 8) | 217.603 | - |
| Realização de resultados anteriormente não realizados – venda de ativos | (8.503) | (7.672) |
| Outros | 38 | 57 |
| | (2.024.451) | (76.086) |

15.3 - Informações sobre controladas

| | 31/12/2022 | | | | | |
|--------------------------------|----------------|-------------------------------------|-----------|-----------|--------------------|------------------------|
| | % Participação | Número de ações ordinárias e quotas | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido | Resultado do exercício |
| Ferrovia Centro Atlântica S.A. | 99,99% | 142.807.783 | 6.579.949 | 4.597.181 | 1.982.768 | (2.541.656) |
| Ferrovia Norte Sul S.A. | 100,00% | 1.835.966.791 | 4.494.098 | 1.455.435 | 3.038.663 | 511.643 |
| Ultrafertil S.A. | 85,64 | 4.057.930 | 3.708.622 | 1.671.338 | 2.037.284 | 37.791 |
| Trato | 99,99% | 106.000.999 | 86.859 | 32.016 | 54.843 | (40.701) |
| TMIB | 50% | n/a | 95.455 | 47.621 | 47.834 | 32.364 |
| | | | | | | 31/12/2021 |
| | % Participação | Número de ações ordinárias e quotas | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido | Resultado do exercício |
| Ferrovia Centro Atlântica S.A. | 99,99% | 142.807.783 | 8.515.611 | 3.991.186 | 4.524.425 | (416.478) |
| Ferrovia Norte Sul S.A. | 100,00% | 1.835.966.791 | 4.062.336 | 1.242.915 | 2.819.421 | 271.958 |
| Ultrafertil S.A. | 85,64 | 4.057.930 | 3.757.164 | 1.744.620 | 2.012.544 | 61.117 |
| Trato | 99,99% | 106.000.999 | 23.755 | 7.511 | 16.244 | (10.452) |
| TMIB | 50% | n/a | 119.034 | 50.984 | 68.050 | 17.774 |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 - Imobilizado

| | Terrenos, edifícios e benfeitorias | Máquinas, equipamentos, instalações e veículos (b) | Locomotivas e vagões (b) | Via permanente | Imobilizado em andamento (a) | Outros | Total |
|--|--|---|-----------------------------|-------------------|---------------------------------|----------------|--------------------|
| Valor de custo | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 282.162 | 893.596 | 3.146.791 | 13.679 | 176.457 | 5.186 | 4.517.871 |
| Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 22) | - | 22.547 | 4.032 | - | - | - | 26.579 |
| Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 22) | - | - | 50.262 | - | - | - | 50.262 |
| Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16 (e) | - | - | 14.543 | - | - | - | 14.543 |
| Adições | - | - | - | - | 276.293 | - | 276.293 |
| Baixas | (964) | (2.916) | (3.687) | - | - | - | (7.567) |
| Transferências (d) | 10.730 | 175.585 | 18.846 | 2.902 | (310.712) | - | (102.649) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 291.928 | 1.088.812 | 3.230.787 | 16.581 | 142.038 | 5.186 | 4.775.332 |
| Valor de depreciação | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (32.278) | (262.550) | (598.972) | (2.248) | - | (2.083) | (898.131) |
| Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16 | - | (27.002) | (3.810) | - | - | - | (30.812) |
| Adições | (2.662) | (77.691) | (95.884) | (566) | - | - | (176.803) |
| Baixas | 239 | 2.271 | 788 | - | - | - | 3.298 |
| Transferências (d) | - | 67.278 | - | - | - | - | 67.278 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (34.701) | (297.694) | (697.878) | (2.814) | - | (2.083) | (1.035.170) |
| Valor de custo | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 291.928 | 1.088.812 | 3.230.787 | 16.581 | 142.038 | 5.186 | 4.775.332 |
| Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 22) | - | 16.623 | 3.851 | - | - | - | 20.474 |
| Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 22) | - | - | 51.061 | - | - | - | 51.061 |
| Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16 (e) | - | - | 14.125 | - | - | - | 14.125 |
| Adições | - | - | - | - | 259.395 | - | 259.395 |
| Baixas (c) | - | (3.108) | (179.054) | - | - | - | (182.162) |
| Provisão para baixa de ativos | - | - | (31.669) | - | - | - | (31.669) |
| Transferências (d) | 2.382 | 34.464 | 1.606 | 193 | (135.234) | - | (96.589) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 294.310 | 1.136.791 | 3.090.707 | 16.774 | 266.199 | 5.186 | 4.809.967 |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Terrenos, edifícios e benfeitorias | Máquinas, equipamentos, instalações e veículos (b) | Locomotivas e vagões (b) | Via permanente | Imobilizado em andamento (a) | Outros | Total |
|---|--|---|-----------------------------|-------------------|------------------------------------|----------------|--------------------|
| Valor de depreciação | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (34.701) | (297.694) | (697.878) | (2.814) | - | (2.083) | (1.035.170) |
| Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16 | - | (31.867) | (7.657) | - | - | - | (39.524) |
| Adições | (2.912) | (56.098) | (95.766) | (723) | - | - | (155.499) |
| Baixas (c) | - | 1.228 | 54.919 | - | - | - | 56.147 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (37.613) | (384.431) | (746.382) | (3.537) | - | (2.083) | (1.174.046) |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021 | 257.227 | 791.118 | 2.532.909 | 13.767 | 142.038 | 3.103 | 3.740.162 |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022 | 256.697 | 752.360 | 2.344.325 | 13.237 | 266.199 | 3.103 | 3.635.921 |

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

- O imobilizado em andamento está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, aquisição, recuperação, modernização de vagões, construção de oficina e postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios.
- Em 31 de dezembro de 2022, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 55.370, R\$ 159.741 e R\$ 98.339 (2021 - R\$ 65.941, R\$ 139.182 e R\$ 92.256).
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 substancialmente representado pelos efeitos de baixa de ativos referentes a venda de material rodante realizada em dezembro de 2022 da VMM para a FNS e embasada em valor justo de mercado (Nota 8).
- As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contemplam também a reclassificação dos ativos rodoviários que montam em R\$ 74.003 e que foram transferidos do imobilizado para ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 16.1).
- Ajustes referentes à contrato de arrendamento de locomotivas (MRC 27) dividido com a controlada FCA e cuja assunção se dará em 2026. Os efeitos não têm impacto de caixa nem no resultado do período, tendo contrapartida em investimentos e em arrendamentos.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.1 – Ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração aprovou a venda da frota rodoviária adquirida em 2019 e, portanto, os respectivos ativos foram transferidos do imobilizado (Nota 16), sendo apresentados ao final do exercício como ativos não circulantes mantidos para venda. A aprovação de venda não terá impacto nas operações rodoviárias da Companhia, uma vez que seus empreendimentos adjacentes permitem escalonar o modelo sem a necessidade de utilização de ativos próprios.

Parte da frota localizada no sudeste do Brasil já teve sua alienação concretizada, tendo sido os ganhos reconhecidos no exercício de 2021. Parte da frota localizada no norte do Brasil já foi liquidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo esperado que o restante tenha sua venda concretizada nos próximos 12 meses, não sendo esperadas reduções no seu valor de custo, uma vez que o valor de mercado dos ativos (embasados na tabela FIPE) é superior ao seu valor líquido remanescente.

| | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|
| Ativos não circulantes mantidos para venda transferidos de tributos a recuperar | 7.717 |
| Ativos não circulantes mantidos para venda transferidos do imobilizado | 74.003 |
| (-) Saldos alienados em 2021 | <u>(26.443)</u> |
| Total em 31 de dezembro de 2021 | <u>55.277</u> |
| (-) Saldos alienados em 2022 | <u>(13.359)</u> |
| Total em 31 de dezembro de 2022 | <u>41.918</u> |

A análise do resultado dos ativos mantidos para venda está apresentada a seguir:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas | 22.653 | 61.363 |
| Custo de baixa dos ativos | (12.123) | (23.754) |
| Custo de baixa de tributos a recuperar | <u>(1.236)</u> | <u>(2.689)</u> |
| | <u>9.294</u> | <u>34.920</u> |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 - Intangível

| | Direitos de uso (a) | Benfeitorias em bens arrendados (b) | Intangível em andamento (c) | Outros (d) | Total |
|---|---------------------|-------------------------------------|-----------------------------|----------------|--------------------|
| Valor de custo | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 3.796.478 | 308.333 | 66.131 | 16.017 | 4.186.959 |
| Adições | 109.973 | - | 640.041 | - | 750.014 |
| Baixas | - | (45) | - | - | (45) |
| Provisão para baixa de intangíveis e estoques | - | - | (4) | - | (4) |
| Transferências (e) | 630.290 | 24.948 | (693.869) | - | (38.631) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 4.536.741 | 333.236 | 12.299 | 16.017 | 4.898.293 |
| Valor de amortização | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (3.795.718) | (84.927) | - | (2.727) | (3.883.372) |
| Adições | (741.023) | (26.009) | - | (909) | (767.941) |
| Baixas | - | 15 | - | - | 15 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (4.536.741) | (110.921) | - | (3.636) | (4.651.298) |
| Valor de custo | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 4.536.741 | 333.236 | 12.299 | 16.017 | 4.898.293 |
| Adições | - | - | 764.036 | - | 764.036 |
| Baixas | - | (253) | - | - | (253) |
| Reversão de provisão para baixa de intangíveis e estoques | - | - | 3 | - | 3 |
| Transferências (e) | 746.604 | 84.315 | (758.221) | - | 72.698 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 5.283.345 | 417.298 | 18.117 | 16.017 | 5.734.777 |
| Valor de amortização | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (4.536.741) | (110.921) | - | (3.636) | (4.651.298) |
| Adições | (746.014) | (35.509) | - | (909) | (782.432) |
| Baixas | - | 148 | - | - | 148 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (5.282.755) | (146.282) | - | (4.545) | (5.433.582) |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021 | - | 221.406 | 12.299 | 13.290 | 246.995 |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022 | 590 | 271.016 | 18.117 | 11.472 | 301.195 |

(a) Direitos de uso são compostos por:

- (i) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A. - A Companhia adquiriu da Vale S.A. o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A. reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade, expirando a cada ano corrente. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A. e VLI Multimodal S.A. - O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A. garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 111.187 anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

Este contrato se encerrou em 31 de dezembro de 2021, não sendo esta reserva de capacidade mais adquirida pela VMM.

- (iii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A. - Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerização na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.

- (iv) Direitos de exclusividade da Vale S.A. - Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal S.A. de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A., nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A. e de suas empresas coligas e controladas.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Vale S.A. é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto, Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos - ("TPD") e Terminal de Granéis Líquidos – ("TGL"), todos na cidade de Vitória/ES.

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A. para a prestação dos serviços.

(b) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007, conforme Lei 11.483/2007. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

(c) O intangível em andamento é resultante dos investimentos correntes e de capital, como investimentos em via permanente, a expansão de pátios e terminais, construção de oficinas, pátios e viadutos.

(d) Trata-se substancialmente da alocação do valor justo do preço de compra ("PPA") de antiga controlada e ocorrido em 2018. Saldos são amortizados em no prazo de 18 anos.

(e) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

18 - Fornecedores e Contas a pagar

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores - terceiros (a) | 183.596 | 105.269 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 420.348 | 269.544 |
| | <u>603.944</u> | <u>374.813</u> |
| Contas a pagar (b) | 2.943 | 1.957 |
| | <u>2.943</u> | <u>1.957</u> |
| | <u>606.887</u> | <u>376.770</u> |

(a) Vide abertura abaixo:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Mercado interno | 179.608 | 105.005 |
| Mercado externo | 3.988 | 264 |
| | <u>183.596</u> | <u>105.269</u> |

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto às instituições financeiras. Esta faculdade é conferida aos fornecedores, inexistindo cobranças financeiras direcionadas a Companhia.

Até 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os títulos a pagar possuíam prazos de pagamentos de até 90 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

| | <u>Encargos financeiros</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|---|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | |
| FINAME | TJLP+3% a.a. IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27% | 338.555 | 370.985 |
| FINEM | TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a. | 193.249 | 191.187 |
| Certificado de recebíveis do agronegócio - ("CRA") | 99,5% CDI | 207.829 | 269.888 |
| Certificado de recebíveis imobiliários - ("CRI") | TR + 10,80% a.a. | 4.025 | 1.306 |
| NCE | CDI + 1,37% até CDI + 1,40% USD + 2,48% a USD + 5,70% e LIBOR 6M + 1,4% a LIBOR 6M + 1,7% (110,75% CDI a 116,9% CDI e CDI + 1,00% a CDI + 1,15%- Swap) | 28.005 | 221.856 |
| Empréstimos no exterior | | 842.892 | 55.976 |
| Custo de transação | | (7.689) | (6.623) |
| | | 1.606.866 | 1.104.575 |
| Debêntures | IPCA + 5,75% a.a a IPCA + 6,88% a.a. 107,1% CDI - Swap | 4.418 | 3.306 |
| Custo de transação | | (3.872) | (215) |
| | | 546 | 3.091 |
| Total circulante | | 1.607.412 | 1.107.666 |
| Não circulante | | | |
| FINAME | TJLP+3% a.a. IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27% | 332.492 | 653.520 |
| FINEM | TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a. | 419.717 | 601.999 |
| Certificado de recebíveis do agronegócio - ("CRA") | 99,5% CDI | - | 200.000 |
| Certificado de recebíveis imobiliários - ("CRI") | TR + 10,80% a.a. | - | 200.000 |
| NCE | CDI + 1,37% até CDI + 1,40% USD + 2,48% a USD + 5,70% E LIBOR 6M + 1,4% a LIBOR 6M + 1,7% (110,75% CDI a 116,9% CDI e CDI + 1,00% a CDI + 1,15%- Swap) | 181.193 | 181.193 |
| Empréstimos no exterior | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Custo de transação | | 2.155.167 | 3.213.527 |
| | | (12.655) | (14.748) |
| | | 4.075.914 | 5.835.491 |
| Debêntures | IPCA + 5,75% a.a a IPCA + 6,88% a.a. 107,1% CDI - Swap | 1.201.079 | 1.135.569 |
| Custo de transação | TJLP+3% a.a. IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27% | (18.645) | (682) |
| | | 1.182.434 | 1.134.887 |
| Total não circulante | | 5.258.348 | 6.970.378 |
| | | 6.865.760 | 8.078.044 |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

| | 31/12/2021 | Adição | | | | Amortização | | | Ajuste ao valor justo do objeto de hedge (Notas 28 e 32.2) | 31/12/2022 |
|-------------------------|------------------|---------------|-------------------|--|---------------------|--------------------|------------------|---------------------|--|------------------|
| | | Principal | Juros apropriados | Correção monetária, e variação cambial | Custos de transação | Principal | Juros Pagos | Custos de transação | | |
| FINAME | 1.024.505 | 1.749 | 52.645 | 175 | - | (344.427) | (63.600) | - | - | 671.047 |
| FINEM | 793.186 | 4.702 | 61.858 | 4.903 | - | (189.360) | (62.323) | - | - | 612.966 |
| CRA | 469.888 | - | 27.395 | - | - | (260.000) | (29.454) | - | - | 207.829 |
| CRI | 182.499 | - | 21.098 | - | - | - | (18.379) | - | - | 185.218 |
| NCE | 1.221.856 | - | 147.606 | - | - | (200.000) | (141.457) | - | - | 1.028.005 |
| Debêntures | 1.138.874 | - | 64.474 | 65.367 | - | - | (63.362) | - | 144 | 1.205.497 |
| Empréstimos no exterior | 3.269.503 | 15.881 | 82.616 | (209.130) | - | (40.494) | (79.175) | - | (41.142) | 2.998.059 |
| Custos de transação | (22.267) | - | - | - | (32.390) | - | - | 11.796 | - | (42.861) |
| | 8.078.044 | 22.332 | 457.692 | (138.685) | (32.390) | (1.034.281) | (457.750) | 11.796 | (40.998) | 6.865.760 |

| | 31/12/2020 | Adição | | | | Amortização | | | Ajuste ao valor justo do objeto de hedge (Notas 28 e 32.2) | 31/12/2021 |
|-------------------------|------------------|------------------|-------------------|--|---------------------|--------------------|------------------|---------------------|--|------------------|
| | | Principal | Juros apropriados | Correção monetária, e variação cambial | Custos de transação | Principal | Juros Pagos | Custos de transação | | |
| FINAME | 1.334.783 | - | 78.199 | - | - | (320.449) | (68.028) | - | - | 1.024.505 |
| FINEM | 981.913 | - | 67.810 | - | - | (188.370) | (68.167) | - | - | 793.186 |
| CRA | 462.765 | - | 18.970 | - | - | - | (11.847) | - | - | 469.888 |
| CRI | 182.252 | - | 13.291 | - | - | - | (13.044) | - | - | 182.499 |
| NCE | 1.535.403 | - | 67.892 | - | - | (325.000) | (56.439) | - | - | 1.221.856 |
| Debêntures | 346.097 | 1.000.000 | 14.334 | 27.362 | - | (175.000) | (58.034) | - | (15.885) | 1.138.874 |
| Empréstimos no exterior | 2.573.115 | 527.880 | 78.732 | 213.537 | - | - | (74.063) | - | (49.698) | 3.269.503 |
| Custos de transação | (32.705) | - | - | - | (8.580) | - | - | 19.018 | - | (22.267) |
| | 7.383.623 | 1.527.880 | 339.228 | 240.899 | (8.580) | (1.008.819) | (349.622) | 19.018 | (65.583) | 8.078.044 |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Em 31 de dezembro de 2022 | | |
|---|---------------------------|----------------------------------|-----------|
| | Nota de empréstimos | Demonstração dos fluxos de caixa | Diferença |
| Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras | 22.332 | (10.058) | - |
| Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa | (32.390) | | - |
| Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos | (1.034.281) | (1.034.281) | - |
| Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos | (457.750) | (457.750) | - |

| | Em 31 de dezembro de 2021 | | |
|---|---------------------------|----------------------------------|-----------|
| | Nota de empréstimos | Demonstração dos fluxos de caixa | Diferença |
| Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras | 1.527.880 | 1.519.300 | - |
| Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa | (8.580) | | - |
| Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos | (1.008.819) | (1.008.819) | - |
| Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos | (349.622) | (349.622) | - |

19.2 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------|------------------|------------------|
| De um a dois anos | 2.008.423 | 2.120.896 |
| De dois a três anos | 1.432.715 | 2.267.108 |
| De três a quatro anos | 675.421 | 836.848 |
| De quatro a cinco anos | 36.288 | 698.321 |
| Acima de cinco anos | 1.105.501 | 1.047.205 |
| | 5.258.348 | 6.970.378 |

19.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado no quadro abaixo:

| | 31/12/2022 | Garantias |
|-------------------------|------------------|--|
| VLI Multimodal | | |
| FINAME ano 2012 | 1.083 | Fiança bancária |
| FINAME anos 2013 a 2018 | 1.578.676 | Alienação fiduciária de material rodante (i) |
| FINEM | 697.492 | Cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de material rodante (i) |
| | 2.277.251 | |

(i) Saldos das garantias de alienação fiduciária atreladas as captações, em 31 de dezembro de 2022.

As garantias cobrem a totalidade dos saldos remanescentes dos financiamentos listados acima.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Avais e fianças

A VLI S.A. é avalista de parte significativa do endividamento da Companhia.

No contexto das companhias pertencentes ao Grupo, as cartas fianças contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos e montam, no Grupo e na Companhia a R\$ 1.083 (2021 – R\$ 14.097).

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

19.4 - Covenants

A Companhia possui em alguns contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes *covenants* financeiros com obrigação de medição anual apurados através das demonstrações financeiras consolidadas da VLI S.A.:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;
- patrimônio líquido / ativo total.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

20 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Tributos a recolher | | |
| ICMS | 11.520 | 10.703 |
| Imposto de renda retido na fonte | 5.295 | 5.597 |
| PIS e COFINS | 6.121 | 6.016 |
| ISS | 8.011 | 8.029 |
| Outros | 53 | 63 |
| | <u>31.000</u> | <u>30.408</u> |
| Tributos a recolher sobre o lucro | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 12.712 | 4.695 |
| | <u>12.712</u> | <u>4.695</u> |
| | <u>43.712</u> | <u>35.103</u> |

21 - Obrigações sociais e trabalhistas

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Salários e encargos | 12.211 | 12.132 |
| Provisão para férias e 13º salário | 22.380 | 18.046 |
| Participação nos resultados | 53.960 | 53.631 |
| Outros | 275 | 193 |
| | <u>88.826</u> | <u>84.002</u> |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 - Arrendamento

| | 31/12/2021 | Pagamentos | Juros apropriados | Atualizações monetárias | Adições | Outros (Nota 16(e)) | 31/12/2022 |
|-----------------------|----------------|-----------------|-------------------|-------------------------|---------------|---------------------|----------------|
| Vagões | 87.099 | (45.524) | 11.763 | 3.850 | 51.061 | 1 | 108.250 |
| Terminais | 93.473 | (34.313) | 2.874 | 16.624 | - | - | 78.658 |
| Locomotivas | 40.696 | - | - | - | - | 5.447 | 46.143 |
| | 221.268 | (79.837) | 14.637 | 20.474 | 51.061 | 5.448 | 233.051 |
| Circulante | 40.988 | | | | | | 65.765 |
| Não circulante | 180.280 | | | | | | 167.286 |

| | 31/12/2020 | Pagamentos | Juros apropriados | Atualizações monetárias | Adições | Outros (Nota 16(e)) | 31/12/2021 |
|-----------------------|----------------|-----------------|-------------------|-------------------------|---------------|---------------------|----------------|
| Vagões | 50.481 | (22.164) | 4.488 | 4.032 | 50.262 | - | 87.099 |
| Terminais | 97.444 | (29.758) | 3.240 | 22.547 | - | - | 93.473 |
| Locomotivas | 34.675 | - | - | - | - | 6.021 | 40.696 |
| | 182.600 | (51.922) | 7.728 | 26.579 | 50.262 | 6.021 | 221.268 |
| Circulante | 19.204 | | | | | | 40.988 |
| Não circulante | 163.396 | | | | | | 180.280 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, refere-se as obrigações por arrendamento de locomotivas, terminais e vagões, que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo segue a mensuração dos efeitos no resultado de contratos que não estão incluídos no passivo de arrendamento:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Arrendamentos de curto prazo | 427 | 421 |
| Pagamentos variáveis não reconhecidos nos arrendamentos | 13.661 | 4.925 |
| Ativos de baixo valor | 3.624 | 3.009 |
| Ativos nos quais não se qualifica controle | 8.951 | 10.384 |
| | <u>26.663</u> | <u>18.739</u> |

22.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

| | <u>31/12/2022</u> | <u>Direito potencial Fluxo de caixa nominal</u> |
|---------------------------------|---------------------------|---|
| | <u>Valor presente</u> | |
| Contraprestação de arrendamento | 21.557 | 23.263 |
| | <u>31/12/2021</u> | <u>Direito potencial Fluxo de caixa nominal</u> |
| | <u>Valor presente</u> | |
| Contraprestação de arrendamento | 20.467 | 26.067 |

22.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme exigência das normas.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais listadas na Nota 2(d).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Em 31 de dezembro de 2022 | | |
|------------------------------|--|--------------------------------------|--------------|
| | Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 | Saldo com projeção da inflação | Variação - % |
| Passivo de arrendamento | 233.051 | 222.737 | (4,4%) |
| Direito de uso | 313.451 | 301.459 | (3,8%) |
| Despesas financeiras (bruta) | (14.638) | (14.446) | (1,3%) |
| Depreciação (bruta) | (39.524) | (31.957) | (19,1%) |

| | Em 31 de dezembro de 2021 | | |
|------------------------------|--|--------------------------------------|--------------|
| | Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 | Saldo com projeção da inflação | Variação - % |
| Passivo de arrendamento | 221.268 | 217.827 | (1,6%) |
| Direito de uso | 295.377 | 263.973 | (10,6%) |
| Despesas financeiras (bruta) | (7.728) | (7.449) | (3,6%) |
| Depreciação (bruta) | (30.812) | (27.977) | (9,2%) |

22.3 - Compromissos futuros de arrendamento

Os compromissos futuros de arrendamento já existentes em 31 de dezembro de 2022, mas não registrados nos balanços montam a:

| | Fluxo de caixa real | Fluxo de caixa nominal |
|--------------------------------|------------------------|---------------------------|
| Locomotivas – dezembro de 2025 | 55.168 | 60.729 |

23 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguintes:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício (i) | (1.178.246) | (194.163) |
| Reserva legal - 5% | - | - |
| Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório | - | - |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% (i) | - | - |
| Dividendos 2015/2016 – ainda não pagos (previsão de pagamento posterior a 2023) | 100.267 | 100.267 |
| Dividendos mínimos propostos a pagar | 100.267 | 100.267 |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.238.854, representado por 380.101.007.254 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

| <u>Acionistas</u> | <u>Capital social em R\$</u> | <u>Ações ordinárias</u> | <u>Participação %</u> |
|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| VLI S.A. | <u>8.238.854.486,76</u> | <u>380.101.007.254</u> | <u>100,0%</u> |
| | <u>8.238.854.486,76</u> | <u>380.101.007.254</u> | <u>100,0%</u> |

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022, os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- perdas atuariais no montante de (R\$ 20.757) (2021 – (R\$ 31.781)) e resultantes da variação no valor presente das obrigações de benefício definido da Controlada Ultrafértil, em razão de mudanças no equilíbrio do plano de previdência complementar;
- efeitos do registro da opção de compra de ações no montante de (R\$ 20.619), exercidas pela VLI Multimodal S.A. em 2012 e referentes ao contrato de opção de compra e venda de ações firmado em 2000 pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia e a VLI Multimodal S.A., com interveniência da Vale S.A, saldo este ajustado em 2017 pelo montante de (R\$ 6.908) em decorrência do percentual de direito da VLI Multimodal S.A. sobre os dividendos do ano de 2012 e pagos ao minoritário na Ultrafértil S.A.
- (R\$ 729) (2021 – (R\$ 729)) referente aos efeitos de diluição da controlada Ultrafértil por conta dos aumentos de capital ocorridos nos exercícios.

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste até dezembro de 2024.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

| Cálculo da média ponderada das ações | 31/12/2022 |
|---|---------------------------------------|
| Prejuízo líquido do exercício (380.101.007.254 x 12/12) | (2.087.291) <u>380.101.007.254</u> |
| Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$ | <u>(0,00549)</u> |
| | |
| Cálculo da média ponderada das ações | 31/12/2021 |
| Prejuízo líquido do exercício (380.101.007.254 x 12/12) | (194.163) <u>380.101.007.254</u> |
| Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$ | <u>(0,00051)</u> |

25 - Receitas líquida dos serviços prestados

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Receita Bruta | | |
| Receitas de transporte ferroviário e serviços acessórios | 2.742.522 | 2.505.736 |
| Receita de aluguel de locomotivas e terminais | 45.232 | 98.653 |
| Receitas de serviços portuários | 1.050.379 | 953.726 |
| Receita de transporte rodoviário | 121.262 | 132.846 |
| | <u>3.959.395</u> | <u>3.690.961</u> |
| Descontos | | |
| Descontos concedidos | - | (2.511) |
| | <u>-</u> | <u>(2.511)</u> |
| Impostos sobre serviços | | |
| ISS | (52.538) | (48.167) |
| ICMS | (203.757) | (190.913) |
| PIS | (45.134) | (40.838) |
| COFINS | (207.675) | (188.285) |
| | <u>(509.104)</u> | <u>(468.203)</u> |
| Receita líquida dos serviços prestados | <u>3.450.291</u> | <u>3.220.247</u> |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 - Custo dos serviços prestado

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|--------------------|--------------------|
| Pessoal | (176.445) | (158.490) |
| Material | (40.915) | (47.112) |
| Combustíveis | (8.566) | (54.915) |
| Serviços contratados | (169.382) | (169.988) |
| Serviços transportes ferroviários / portuários | (1.490.821) | (1.526.587) |
| Depreciação e amortização (i) | (939.045) | (941.878) |
| Tributos e taxas | (3.722) | (4.332) |
| Aluguéis | (27.729) | (18.739) |
| Seguros | (10.688) | (11.398) |
| Utilities | (5.052) | (7.379) |
| Viagens | (3.847) | (1.734) |
| Outros | (3.354) | (318) |
| | <u>(2.879.566)</u> | <u>(2.942.870)</u> |

- (i) Contempla R\$ 39.524 (2021 – R\$ 30.812) referentes a depreciação e amortização dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 5.280 (2021 – R\$ 3.751) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM através do Ofício-circular 02/2019.

27 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal | (9.725) | (11.883) |
| Material | (19) | (18) |
| Serviços contratados | (391) | (2.346) |
| Viagens | (516) | (189) |
| Outros | (104) | (187) |
| | <u>(10.755)</u> | <u>(14.623)</u> |

(b) Despesas gerais e administrativas

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal | (139.864) | (127.874) |
| Material | (260) | (133) |
| Combustíveis | (107) | (84) |
| Serviços contratados | (39.686) | (32.891) |
| Compartilhamento de gastos (i) | (22.864) | (29.716) |
| Depreciação e amortização | (31.858) | (29.928) |
| Tributos e taxas | (1.547) | (981) |
| Aluguéis | (1.138) | (1.290) |
| Utilities | (27) | (52) |
| Viagens | (3.365) | (1.043) |
| Outros | (7.050) | (5.052) |
| | <u>(247.766)</u> | <u>(229.044)</u> |

- (i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

(c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Outras receitas operacionais | | |
| Venda de materiais | 2.958 | 10.360 |
| Venda de ativos (ii) | 361.582 | 62.212 |
| Compartilhamento de despesas (Nota 27(b)(i)) | 139.036 | 102.077 |
| Recuperação de despesas (iii) | 42.707 | 145.285 |
| <i>Take or pay</i> (i) | 60.631 | 51.615 |
| Indenizações de clientes | 175 | 158 |
| Reversão de provisão para desvalorização de estoque | 535 | - |
| Receita direito acesso | 9.284 | 9.284 |
| Aluguéis | 507 | 427 |
| Outras | 14.984 | 4.516 |
| | <u>632.399</u> | <u>385.934</u> |
| Outras despesas operacionais | | |
| Tributárias | (10.655) | (12.269) |
| Baixa de ativos (ii) (Notas 16, 16.1 e 17) | (138.244) | (28.053) |
| Custo com venda de materiais | (1.499) | (920) |
| Perda de recebíveis | (4.746) | (14.057) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (7.565) | (5.200) |
| Reversão (provisão) para desvalorização de estoque | - | (5.151) |
| <i>Take or pay</i> (i) | (1.646) | - |
| Provisão para processos judiciais (Nota 14) | (4.890) | (28.543) |
| Indenizações | (87.114) | (18.861) |
| Provisão para baixa de ativos | (28.657) | - |
| Perdas líquidas sobre ativos financeiros (Nota 6) | (15.181) | (16.890) |
| Outras | (8.936) | (12.891) |
| | <u>(309.133)</u> | <u>(142.835)</u> |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | <u>323.266</u> | <u>243.099</u> |

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).
- (ii) Nos exercícios findos em 2022 e 2021, substancialmente referente aos efeitos de alienação da frota rodoviária (Nota 16.1). No exercício findo em 2022 também contempla a venda de material rodante entre VMM e FNS (Nota 8).
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contempla R\$ 42.963 de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 - Resultado financeiro

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|--------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Aplicação mercado financeiro | 176.932 | 46.271 |
| Juros, taxa e multas de mora | 2.061 | 2.150 |
| Juros sobre mútuo | 31.554 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> (i) | - | 112.346 |
| Marcação a valor justo - objeto de <i>hedge</i> (i) (Nota 19.1) | 40.998 | 65.583 |
| Reversão de perdas por redução ao valor recuperável (Nota 6) | - | 259 |
| Juros sobre provisão de contingências | - | 2.770 |
| Outras | - | 3.465 |
| | <u>251.545</u> | <u>232.844</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Despesas com IOF | (9.637) | (539) |
| Despesas com seguro garantia | (246) | (311) |
| Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos (i) (Nota 19) | (457.692) | (339.261) |
| Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos (Nota 19) | (11.796) | (19.018) |
| Encargos por atraso | (1.001) | (7.209) |
| Imposto de renda sobre juros no exterior | (9.825) | (10.139) |
| Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras | (9.868) | (3.588) |
| Despesas com comissão de fiança | (127) | (238) |
| Juros, taxas e multas | (346) | (176) |
| Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> – realizados (i) | (102.681) | (2.063) |
| Despesas financeiras - contratos de arrendamento (ii) | (12.534) | (6.676) |
| Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> (i) | (411.195) | - |
| Ajuste a valor presente | (285) | (337) |
| Juros sobre provisão de contingências (Nota 14) | (7.719) | - |
| Outras | (2.093) | (58) |
| | <u>(1.037.045)</u> | <u>(389.613)</u> |
| Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial (i) | <u>144.000</u> | <u>(224.316)</u> |
| Resultado financeiro | <u>(641.500)</u> | <u>(381.085)</u> |

(i) O resultado líquido da operação de *hedge accounting* de valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi uma perda de R\$ 351.161, composto por receitas de variação cambial de R\$ 209.130, receitas de marcação a mercado do objeto de *hedge* de R\$ 40.998, despesas de juros de R\$ 87.413 e despesas líquidas dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 513.875.

O resultado líquido da operação de *hedge accounting* de valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma perda de R\$ 120.851, composto por despesas de variação cambial de R\$ 213.537, receitas de marcação a mercado do objeto de *hedge* de R\$ 65.583, despesas de juros de R\$ 83.178 e receitas líquidas dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 110.283.

(ii) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 22), líquidos de R\$ 2.105 (2021 – R\$ 1.052) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

29 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Imposto de renda e contribuição social | | |
| Perdas por redução ao valor recuperável | 17.560 | 12.399 |
| Provisão para processos judiciais | 29.047 | 25.900 |
| Ajuste a valor presente | 4.944 | 4.944 |
| Resultados não realizados – vendas <i>intercompany</i> | 131.674 | 60.580 |
| Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i> (Nota 32.2) | - | 6.368 |
| Participação nos resultados | 18.346 | 18.234 |
| Outras | 10.572 | - |
| Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro | | |
| Líquido | <u>432.045</u> | <u>373.151</u> |
| Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos | <u>644.188</u> | <u>501.576</u> |

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A Companhia possui expectativa de rentabilidade futura, com base em orçamento e plano de negócio aprovado pela Administração, de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu os ativos de impostos anteriormente não registrados e com relação a prejuízo fiscal sobre imposto de renda e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 80.302. Este reconhecimento está sustentando na expectativa de recuperabilidade pela Companhia no prazo de 10 anos.

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

| Ano | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|----------------|-----------------------|-----------------------|
| 2022 | - | 28.409 |
| 2023 | 88.648 | 82.310 |
| 2024 | 89.285 | 104.971 |
| 2025 | 119.269 | 78.480 |
| 2026 | 135.853 | 89.583 |
| 2027 | 107.839 | 79.992 |
| 2028 | 31.981 | 10.175 |
| 2029 | 17.828 | 10.175 |
| 2030 | 17.828 | 10.175 |
| 2031 em diante | <u>35.657</u> | <u>7.306</u> |
| | <u>644.188</u> | <u>501.576</u> |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos tributos diferidos passivos:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Imposto de renda e contribuição social | | |
| Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16 | (17.572) | (7.105) |
| Imposto devido sobre a realização do ganho de compra vantajosa | (2.746) | (4.480) |
| Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i> (Nota 32.2) | (7.571) | - |
| Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> – instrumentos de <i>hedge</i> (Nota 32.2) | (130.660) | (195.073) |
| Outros | - | (1.060) |
| Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos | <u>(158.549)</u> | <u>(207.718)</u> |
| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
| Créditos (débitos) fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos | <u>485.639</u> | <u>293.858</u> |

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

| Ano | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|----------------|-------------------------|-------------------------|
| 2022 | - | (2.127) |
| 2023 | (31.676) | (103.076) |
| 2024 | (40.934) | (85.473) |
| 2025 | (48.406) | (12.670) |
| 2026 | (19.961) | (393) |
| 2027 | - | (393) |
| 2028 | - | (393) |
| 2029 | - | (1.929) |
| 2030 | - | (1.264) |
| 2031 em diante | (17.572) | - |
| | <u>(158.549)</u> | <u>(207.718)</u> |

Movimentação dos créditos diferidos:

| | <u>31/12/2020</u> | <u>Efeito no resultado</u> | <u>31/12/2021</u> | <u>Efeito no resultado</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-----------------------|----------------------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------|
| Perdas por redução ao valor recuperável | 6.744 | 5.655 | 12.399 | 5.161 | 17.560 |
| Provisão para processos judiciais | 19.472 | 6.428 | 25.900 | 3.147 | 29.047 |
| Ajuste a valor presente | 5.190 | (246) | 4.944 | - | 4.944 |
| Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16 | (7.558) | 453 | (7.105) | (10.467) | (17.572) |
| Resultados não realizados – vendas <i>intercompany</i> | 63.189 | (2.609) | 60.580 | 71.094 | 131.674 |
| Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i> | 28.666 | (22.298) | 6.368 | (13.939) | (7.571) |
| Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> – instrumentos de <i>hedge</i> | (228.948) | 33.875 | (195.073) | 64.413 | (130.660) |
| Participação nos resultados | 14.937 | 3.297 | 18.234 | 112 | 18.346 |
| Outras | (2.664) | 1.605 | (1.059) | 11.632 | 10.573 |
| Imposto devido sobre a realização do ganho de compra vantajosa | (6.214) | 1.734 | (4.480) | 1.734 | (2.746) |
| Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido | 396.896 | (23.746) | 373.150 | 58.894 | 432.044 |
| | <u>289.710</u> | <u>4.148</u> | <u>293.858</u> | <u>191.782</u> | <u>485.639</u> |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|--------------------|-------------------|
| Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro | (1.320.997) | (161.434) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes - alíquota - 34% | 449.139 | 54.888 |
| Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos: | | |
| Programa de alimentação do trabalhador (PAT), Lei Rouanet e outros | 894 | 718 |
| Despesas não dedutíveis | (288) | (157) |
| Perdas de recebíveis não cobráveis | (1.614) | (4.779) |
| Custos com baixa de ativos | - | (1.463) |
| Diferença de bases imposto de renda e contribuição social (ILP) | 603 | 836 |
| Equivalência patrimonial | (383.964) | (31.911) |
| Reconhecimento (não constituição) de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social) (Nota 29(a)) | 80.302 | (50.735) |
| Outras | (2.321) | (126) |
| | (306.388) | (87.617) |
| Tributos sobre o lucro | 142.751 | (32.729) |
| Alíquota efetiva | (10,81%) | 20,27% |

(i) A Companhia optou por migrar do regime de tributação trimestral para o anual de 2021 para 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, os efeitos fiscais relativo aos efeitos de remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 24(b)), reflexos da controlada Ultrafértil e relativos aos outros resultados abrangentes montam em (R\$ 3.748) (2021 – R\$ 253).

30 - Informação por segmento de negócios

As informações reportadas ao Conselho de Administração (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram nas estruturas das operações de concessões ferroviárias, concessão de portos e multimodalidade, sendo que a Companhia possui exposição somente ao segmento de multimodalidade.

31 - Benefícios a empregados

31.1 - Incentivos de longo prazo

Os programas de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos seus executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último se iniciou em 1º de janeiro de 2022, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização do Grupo neste exercício. Os programas vigentes atualmente no Grupo são:

Matching: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia do Grupo, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento do executivo e na contrapartida (*matching*) do Grupo com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo empregado e da contrapartida do Grupo, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o *vesting*. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Phantom: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de “ações virtuais” condicionado à metodologia *expected growth* (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das opções de “ações virtuais” entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o *vesting*. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano. O programa *Phantom* foi extinto em 2020, entretanto, ainda existentes outorgas ativas que são referentes a 2019 e anos anteriores.

A implementação destes programas não obriga o Grupo a realizá-los nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada ao Grupo a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o exercício de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2022, os incentivos de longo prazo montam a R\$ 3.317 (2021 - R\$ 13.997).

31.2 - Planos de Previdência Privada

(a) Plano de Benefício

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (Vale Mais) tem característica de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios da Vale Mais, são como seguem:

- Contribuição normal ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição normal esporádica - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal de risco - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Contribuição extraordinária - Destinada ao custeio de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

(b) Contribuições

No exercício de 2022, a Companhia contribuiu para os planos de contribuição Vale Mais com montantes de R\$ 7.067 (2021 - R\$ 6.270).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(c) Reconciliações

| Reconciliação do valor justo do ativo do plano | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior | 56.400 | 59.584 |
| Juros sobre o valor justo do ativo do plano | 5.812 | 4.095 |
| Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa | 5.683 | 5.383 |
| Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano | (1.205) | (1.586) |
| Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros | (9.066) | (11.076) |
| Valor justo do ativo do plano no final do exercício | 57.624 | 56.400 |
| Reconciliação do benefício definido | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior | (8.511) | (5.882) |
| Custo do serviço corrente | (403) | (443) |
| Custo dos juros | (877) | (405) |
| Benefícios pagos pelo plano | 1.205 | 1.586 |
| Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas | 531 | 37 |
| Efeito da experiência do plano | (1.273) | (3.404) |
| Obrigação de benefício definido ao final do exercício | (9.328) | (8.511) |
| Reconciliação do valor líquido de (passivo) / ativo | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Valor líquido do passivo de benefício definido no final do exercício anterior | 47.889 | 53.702 |
| Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa | 4.532 | 3.247 |
| Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes | (9.808) | (14.443) |
| Contribuição patrocinadora / pago pela empresa | 5.683 | 5.383 |
| Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido ao final do exercício | 48.296 | 47.889 |
| Reconciliação do asset ceiling | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Saldo no início do exercício | 47.889 | 53.702 |
| Receita de juros | 5.812 | 4.095 |
| Mudanças no teto do ativo | (5.405) | (9.908) |
| Saldo no final do exercício | 48.296 | 47.889 |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Valor reconhecido no balanço patrimonial | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Valor presente dos passivos atuariais | (9.328) | (8.511) |
| Valor justo dos ativos | 57.624 | 56.400 |
| Efeito do limite do <i>asset ceiling</i> | (48.296) | (47.889) |
| Passivo reconhecido no balanço | - | - |

(d) Análise de sensibilidade

| Análise de sensibilidade nas hipóteses | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| 1. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$ Premissa da análise | 9.134,18 11% | 8.537,45 9% |
| 2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$ Premissa da análise | 9.630,02 13% | 8.616,37 11% |

| Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$ | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| 1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa | 7.223,15 | 12.703,62 |
| 2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável | | |
| 3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano | | |
| Ano 1 | 1.319,79 | 1.375,33 |
| Ano 2 | 1.214,27 | 1.318,02 |
| Ano 3 | 1.119,98 | 1.236,63 |
| Ano 4 | 1.037,04 | 1.155,85 |
| Ano 5 | 859,21 | 1.080,47 |
| Próximos 5 anos | 3.327,82 | 3.964,82 |

| Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Taxa nominal de desconto | 11,68% | 10,31% |
| Taxa nominal de crescimento salarial | 6,97% | 6,91% |
| Taxa de inflação estimada no longo prazo | 5,08% | 5,02% |
| Taxa nominal de reajuste de benefícios | 5,08% | 5,02% |

| Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Taxa nominal de desconto | 10,31% | 6,87% |
| Taxa nominal de crescimento salarial | 6,91% | 5,34% |
| Taxa de inflação estimada no longo prazo | 5,02% | 3,27% |
| Taxa nominal de reajuste de benefícios | 5,02% | 3,27% |
| | AT-2000 | AT-2000 |
| | Segregada por | Segregada por |
| | Sexo - Suav. em | Sexo - Suav. em |
| | 10% | 10% |
| Tábua de mortalidade | | |
| Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos | | |
| Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos) | 20,4468 | 20,4468 |
| Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos) | 42,6958 | 42,6958 |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ativos por categoria

| Planos superavitários – Valemais | 31/12/2022 | 31/12/2021 | Hierarquia |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Renda fixa | 44.156 | 41.067 | Níveis 1 e 2 |
| Renda variável | 5.661 | 5.825 | Níveis 1 e 2 |
| Estruturado | 4.274 | 4.281 | Nível 3 |
| Exterior | 545 | 2.445 | Nível 3 |
| Imobiliário | 958 | 1.043 | Nível 3 |
| Empréstimos e financiamentos | 2.036 | 1.744 | Nível 3 |
| Total dos investimentos | 57.630 | 56.405 | |
| Valores a pagar / receber | (6) | (5) | - |
| Total dos recursos garantidores | 57.624 | 56.400 | |

32 - Instrumentos financeiros

32.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

A área de Tesouraria Corporativa presta serviços para empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos que analisam as exposições por grau e importância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (incluindo o risco cambial e o risco de taxa de juros), o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado referente a preço e demanda são monitorados e administrados por equipes dedicadas de Inteligência Comercial (Mercado), Precificação e Suprimentos. Por sua vez, os riscos operacionais são monitorados e administrados por equipe própria de Seguros, mediante Programa de Gerenciamento de Riscos.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos usando instrumentos financeiros derivativos para proteger contra essas exposições ao risco. O uso de derivativos financeiros é regido pelas políticas do Grupo aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados ao risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito, o uso de derivativos financeiros, instrumentos financeiros não derivativos e o investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pelos auditores internos continuamente. O Grupo não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Risco | Exposição | Metodologia utilizada para mensuração do impacto | Gestão |
|----------------------------------|---|---|--|
| Risco de mercado - câmbio | Importações em andamento | Previsão de fluxos de caixa | Swaps cambiais e NDFs |
| | Empréstimos em moeda estrangeira | Análise de sensibilidade | |
| Risco de mercado - taxa de juros | Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e aplicações financeiras | Análise de sensibilidade | Swaps de taxa de juros |
| Risco de crédito | Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos, | Análise de vencimento | Diversificação das instituições financeiras |
| | | Avaliação de crédito | Monitoramento dos limites de crédito/ ratings de instituições financeiras e clientes |
| Risco de liquidez | Empréstimos e outros passivos | Previsões de fluxo de caixa | Orientações de investimento em instrumentos de dívida |
| | Liquidez das aplicações financeiras | Análise da carência e vencimento das aplicações financeiras | Linhas de crédito disponíveis |
| | | | Monitoramento dos limites de crédito/ ratings de instituições financeiras |

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações do Grupo, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das *commodities* transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado e para tal, é política do Grupo identificar e mitigar os riscos financeiros decorrentes da contratação das operações financeiras e dos fluxos (pagamentos e recebimentos) em moeda estrangeira e, com foco na redução da volatilidade do fluxo de caixa e preservação patrimonial.

O Risco Cambial é monitorado através da análise das obrigações em moeda estrangeira (ativa e/ou passiva) registradas no Grupo, tais como captações em moeda estrangeira, importações e eventuais projeção de vendas para clientes *offshore*.

É facultada ao Grupo a possibilidade de contratar obrigações em moeda estrangeira pelo prazo de até 24 meses e limitadas ao valor individual ou agregado de USD 40 milhões. As obrigações em moeda estrangeira podem ser contratadas por qualquer empresa do Grupo, sendo certo que o somatório de todas as obrigações contratadas não poderá ultrapassar USD 40 milhões.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na avaliação de novos projetos de investimento o risco cambial e possíveis mitigadores, quando existentes, serão analisados no processo decisório de investimento

Para qualquer obrigação de prazo superior a 24 meses ou em valor individual ou agregado superior a USD 40 milhões, o Grupo deve buscar proteção junto ao mercado financeiro através de operações de *hedge accounting*.

A Companhia contrata *swaps* cambiais e de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. A Companhia aplica *hedge accounting* de valor justo (Nota 32.2) a 100% dos empréstimos no exterior e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*.

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos *swaps*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e
- mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a eficácia do *hedge* de *swap* foi de 102%.

É prática da Companhia contratar instrumentos financeiros derivativos (NDFs – *Non-deliverable forwards*) (Nota 32.2) para gerir o risco de câmbio associado às transações de importação identificadas e em andamento. Esta proteção não se qualifica como *hedge accounting* e portanto, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em resultados financeiros.

Estas operações não possuem inefetividade, uma vez que a contratação das NDFs se dá casada com a data de liquidação dos contratos de câmbio atrelados as importações já em andamento.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio

A Companhia está principalmente exposto ao dólar (USD), dólar australiano (AUD), Euro (EUR), Renminbi chinês (CNY) e dólar canadense (CAD).

A tabela a seguir descreve a sensibilidade da Companhia a uma variação de 20% e 35% em comparação a moedas estrangeiras relevantes, além do cenário provável que está embasado nas cotações cambiais futuras na data de vencimento das posições. A análise de sensibilidade inclui somente os itens monetários expressos em moeda estrangeira em circulação e ajusta sua conversão no final do exercício. A análise de sensibilidade inclui adiantamentos de importação e fornecedores.

| | Saldo em 31/12/2022 | Cenário provável | Variação de +/- 20% | Variação de +/- 35% |
|------------------------------------|------------------------|---------------------|------------------------|------------------------|
| Caixa | 2.475 | 2.495 | 2.970 | 3.342 |
| Fornecedores | (3.988) | (4.012) | (4.775) | (5.372) |
| | (1.513) | (1.517) | (1.805) | (2.030) |
| Efeito líquido no resultado | | (4) | (292) | (517) |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxas de conversão:

| | USD | AUD | EUR | CNY | CAD |
|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Exercício findo em 31/12/2022 | 5,2171 | 3,5445 | 5,5666 | 0,7561 | 3,8542 |

O cenário provável utiliza taxas de câmbio das expectativas de mercado divulgadas em cada data base, para o prazo médio de vencimento das obrigações.

Na opinião da Administração, a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente porque o exercício e a exposição não refletem a exposição durante o exercício.

(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros porque aplica recursos atrelados ao CDI e tem obrigações atreladas ao (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR). O risco é gerido pelo Grupo mantendo um mix adequado entre empréstimos a taxas fixas e variáveis, e através do uso de contratos de *swap* de taxa de juros. As atividades de *hedge* são avaliadas regularmente para fins de alinhamento com as taxas de juros e o apetite de risco determinado, garantindo a aplicação das estratégias de custo de *hedge* mais eficazes.

O risco a indexadores é monitorado através da análise da sensibilidade sobre a receita financeira com aplicações financeiras e das despesas financeiras com endividamento contratado, mensurado trimestralmente.

A análise de sensibilidade apresenta quatro cenários, sendo um cenário real do período e três cenários adicionais.

O cálculo dos três cenários de sensibilidade deverá ser realizado aplicando os fatores simulados abaixo sobre a receita e despesas financeiras realizadas no período:

Receita financeira com aplicações (CDI):

- Cenário real: CDI corrente (final do período analisado) e Receita Financeira apurada;
- Cenário I: 90% do CDI corrente e receita financeira projetada (-10%);
- Cenário II: 80% do CDI corrente e receita financeira projetada (-20%);
- Cenário III: 65% do CDI corrente e receita financeira projetada (-35%).

Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR):

- Cenário real: Indexador corrente e despesa financeira apurada;
- Cenário I: 110% do indexador corrente e Despesa financeira projetada (+10%);
- Cenário II: 120% do indexador corrente e Despesa financeira projetada (+20%);
- Cenário III: 135% do CDI indexador e despesa financeira projetada (+35%).

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 5), mútuo (Nota 13), empréstimos e financiamentos (Nota 19) e as obrigações de arrendamento (Nota 22), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

O Grupo também possui debêntures indexadas ao IPCA (Nota 20). A captação de R\$ 120.000 realizada em setembro de 2019 teve seu indexador trocado para o CDI através da contratação de instrumento derivativo (*swap*) no momento de sua emissão. Ademais, as dívidas no exterior, além de terem seu componente de variação cambial em *swap*, também tem sua exposição de juros em LIBOR em *swap* para CDI (Nota 32.2).

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de *swap*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de juros; e
- mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a eficácia do *hedge* de *swap* foi de 102%.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

Os cenários I, II e III foram calculados com deterioração de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2022.

| 31/12/2022 | | | | |
|------------|-----------------------------|-----------|------------|-------------|
| Indexador | Taxas ao final do exercício | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| CDI | 13,65% | 12,29% | 10,24% | 6,83% |

| | 31/12/2022 | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
|---|------------|-----------|------------|-------------|
| Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado | 176.932 | 159.239 | 132.699 | 88.466 |

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (CDI, TJLP, IPCA e TR). Financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise.

Os cenários I, II e III foram calculados com aumento de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2022.

| 31/12/2022 | | | | |
|------------|-----------------------------|-----------|------------|-------------|
| Indexador | Taxas ao final do exercício | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| TJLP | 7,37% | 8,11% | 8,84% | 9,95% |
| TR (i) | 1,96% | 2,16% | 2,35% | 2,65% |
| IPCA | 5,58% | 6,14% | 6,70% | 7,53% |
| CDI | 13,65% | 15,02% | 16,38% | 18,43% |

(i) Como a TR está em 0,00%, em um cenário de estresse o Grupo considerou as taxas de 0,10%, 0,20% e 0,35%.

| | 31/12/2022 | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
|-----------------------------|------------|-----------|------------|-------------|
| Encargos financeiros - TJLP | 44.653 | 49.118 | 53.583 | 60.281 |
| Encargos financeiros - TR | 13.052 | 14.357 | 15.662 | 17.620 |
| Encargos financeiros - IPCA | 85.763 | 94.339 | 102.916 | 115.780 |
| Encargos financeiros - CDI | 279.308 | 307.239 | 335.169 | 377.065 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das variações na relação de *hedge accounting*

A análise de sensibilidade do instrumento e objeto de *hedge* levou em consideração:

- Sensibilização PTAX de 31/12 de acordo com cada cenário da sensibilidade;
- Sensibilização do cupom cambial frente aos movimentos do CDI x PRÉ em fator de 32%, uma vez constatada a correção das curvas: Isto é, a cada 10% de movimentação no Dólar temos 3,2% da variação do CDI explicada;
- Sensibilização dos vértices da curva do CDI no fator de 32% da magnitude do efeito inicial aplicado no dólar.

| | Saldo em 31/12/2022 | Variação de +/- 10% | Variação de +/- 20% | Variação de +/- 35% |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> - instrumento de <i>hedge</i> | 401.734 | 706.845 | 1.011.956 | 1.469.623 |
| Empréstimos no exterior - objeto de <i>hedge</i> (i) | (2.998.059) | (3.301.944) | (3.605.416) | (4.060.623) |
| | (2.596.325) | (2.595.099) | (2.593.460) | (2.591.000) |
| Efeito líquido no resultado | | 1.226 | 2.865 | 5.325 |

(i) Não contém custos de transação.

(b) Risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou a política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

Os trabalhos de avaliação de risco de crédito comercial e concessão de limite de crédito são executados utilizando-se de processo de análise de risco de crédito e tendo como referência, sobretudo, as informações fornecidas pelos clientes, agências de proteção ao crédito e agências de *rating*.

As variáveis selecionadas como “Positivas” para a aprovação de limite de crédito são:

- O tempo de mercado da empresa solicitante de crédito e a sua reputação;
- Elevada pontualidade de pagamento e classificação de baixo risco nas principais agências de proteção ao crédito;
- Elevada classificação de risco de crédito pelas agências de *ratings*, quando disponíveis;
- Boa classificação dos principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do negócio do cliente (constantes nos dados contábeis do cliente, já devidamente auditados, sempre que disponíveis);
- Disponibilidade de oferecer garantias complementares ao processo.

As variáveis selecionadas como “Negativas” para a aprovação do limite de crédito são:

- A presença de apontamentos restritivos considerados elevados, tanto em quantidade, quanto em montantes individuais. Esta verificação deverá ser feita não somente na empresa solicitante do crédito, mas também nas empresas coligadas e nos sócios ou acionistas.
- Baixa pontualidade de pagamento junto ao Grupo;
- O não atendimento dos pré-requisitos mínimos de análise de risco de crédito para as variáveis consideradas “Positivas”.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A validade do limite de crédito de cada cliente será de até 365 dias contados a partir da sua aprovação e cadastro no sistema. Entretanto, é reservado à Gerência Geral Financeira o direito de atribuir prazo de validade inferior a 365 dias, conforme classificação de risco do cliente.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

| Ativo | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 1.424.955 | 1.912.692 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 413.437 | 824.632 |
| Contas a receber de terceiros (ii) | 279.783 | 339.024 |
| Contas a receber de partes relacionadas (ii) | 345.555 | 102.165 |
| | 2.463.730 | 3.178.513 |

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado

| 1. Classificação de risco para aplicações em Reais | 2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira | 3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira |
|--|--|---|
| Acima de brAA | 45% | 10% |
| Entre brAA- e brAA | 30% | 10% |
| Entre brA e brA+ | 20% | 5% |
| brA- | 5% | 5% |

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
 - Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
 - A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
- Não são permitidas as aplicações em:

- títulos pré-fixados de qualquer natureza;
- títulos de emissão de empresas estatais não-financeiras;
- renda variável, tais como ações ou fundo de ações;
- títulos de emissão de empresas privadas sem garantia de instituição financeira;
- títulos, fundos ou outros instrumentos que possam implicar em perda do principal investido.

- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2022, do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 32.242 é devido pela Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. Em 31 de dezembro de 2021, do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 61.363 é devido pela Tora Seminovos Comércio de Veículos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu perdas por redução ao valor recuperável com contas a receber no montante de R\$ 51.649 (2021 - R\$ 36.468). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o IFRS 9 citado na base de preparação e principais políticas (Nota 4(g)).

(c) Risco de liquidez

A gestão de fluxo de caixa do Grupo está embasado em política interna e contempla:

- Elaboração de fluxo de caixa individual por empresa e consolidado em base mensal com horizonte de 24 meses, considerando os cenários pessimista, conservador e moderado, que serão derivados de diferentes previsões de geração de caixa operacional;
- Reportar mensalmente para o comitê financeiro atualizações do fluxo de caixa e seus respectivos cenários, observando eventuais riscos de quebra de *covenant*, refinanciamento e caixa mínimo;
- Caso sejam identificadas alterações estruturais nas premissas de caixa com impacto negativo nos níveis de liquidez a Diretoria Executiva irá apresentar ao Conselho de Administração:
 - Análise do impacto no fluxo de caixa de curto e médio prazos em diferentes cenários;
 - Recomendação de ações corretivas de impacto imediato que podem contemplar interrupção temporária de pagamentos, revisão do plano de investimento e captação de recursos para reforçar o caixa do Grupo.

O Grupo deverá manter um saldo mínimo consolidado de caixa com o objetivo de evitar que as ocorrências de flutuações em sua geração operacional afetem sua capacidade de cumprir com suas obrigações. O cálculo acompanha metodologia calculada anualmente durante o ciclo orçamentário e submetido para aprovação pelo Conselho de Administração, juntamente com a aprovação do orçamento, sendo composto por:

- Obrigações operacionais e financeiras de curto prazo;
- Composição de saldo reserva para aquisição de intangível;
- Investimentos correntes essenciais à manutenção das operações do Grupo;
- Investimentos de capital não financiados, equivalente a 30% do total de investimento de capital.

Por ser resultado de um processo dinâmico, os saldos de caixa mínimo definidos para cada exercício social poderão ser revistos nos seguintes casos:

- Alterações adversas no mercado doméstico e/ou internacional com potencial de impacto nas premissas de receita ou custo utilizadas no ciclo orçamentário;
- Alterações no plano de negócio do Grupo, incluindo aquelas relacionadas ao plano de investimentos, com impacto no caixa de curto prazo;
- Decisões jurídicas e/ou fiscais desfavoráveis com potencial de consumo substancial de caixa no curto ou médio prazo;
- Alterações adversas no mercado de crédito que impacte o plano de financiamento proposto para o exercício.

Caso se verifique a impossibilidade de cumprimento do caixa mínimo tal fato deve ser comunicado pelo Diretor Financeiro ao Conselho para alinhamento sobre a definição de um novo patamar de caixa mínimo para o respectivo exercício social em conjunto com as ações mitigadoras.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2022:

| | Até 1 ano | De 2 a 3 anos | De 3 a 4 anos | De 4 a 5 anos | De 5 a 6 anos | Acima de 6 anos | Total |
|--|-----------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|-----------|
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 2.402.424 | 2.656.317 | 1.667.180 | 786.789 | 158.602 | 1.199.575 | 8.870.887 |
| Arrendamentos | 60.967 | 67.488 | 50.271 | 30.830 | 4.650 | 37.284 | 251.490 |
| Fornecedores | 603.944 | - | - | - | - | - | 603.944 |
| Contas a pagar | 2.943 | - | - | - | - | - | 2.943 |
| Dividendos a pagar | - | 100.267 | - | - | - | - | 100.267 |

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

A dívida líquida do Grupo é composta pelos empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|------------------|
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 6.865.760 | 8.078.044 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (1.424.955) | (1.912.692) |
| (-) Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (Nota 32.2) | (413.437) | (824.632) |
| Dívida líquida | 5.027.368 | 5.340.720 |
| | 73,22% | 66,11% |

(d) Risco operacional

A VLI S.A. possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

| Modalidade | Cobertura | Data de cobertura | Valores em milhares |
|---|-------------------------------|-------------------|---------------------|
| Responsabilidade civil geral | All risk | 30/06/2023 | R\$ 26.000 |
| Responsabilidade civil operador portuário | All risk | 30/06/2023 | R\$ 40.000 |
| Riscos operacionais | All risk | 30/06/2023 | R\$ 300.000 |
| Vida em grupo | Empregados, cônjuges e filhos | 30/06/2023 | 24 x Salário Base |
| Vida em grupo | Estagiários | 30/06/2023 | R\$ 13 |
| Riscos ambientais | All risk | 30/03/2023 | R\$ 50.000 |

(e) Gestão de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios das entidades do Grupo de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2019.

O Grupo não está sujeito a nenhuma exigência externa sobre o capital.

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo. A origem de recursos se baseia em capital próprio e com a captação de recursos de terceiros.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir.

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Total passivo | 8.139.528 | 9.056.184 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | <u>(1.424.955)</u> | <u>(1.912.692)</u> |
| | 6.714.573 | 7.143.492 |
| Patrimônio líquido | <u>5.963.865</u> | <u>8.040.132</u> |
| | 112,59% | 88,85% |

32.2 – Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos e financeiros de *hedge* e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de *hedge* são classificados como "valor justo por meio do resultado" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A política financeira da Companhia veda a contratação de qualquer instrumento financeiro derivativo para fins de especulação.

O valor justo total de um instrumento financeiro derivativo classificado como instrumento de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

Swaps – *hedge* de valor justo

A Companhia possui empréstimos indexados ao dólar (Nota 19). Esses instrumentos foram protegidos da variação da taxa de câmbio e dos juros em LIBOR por meio de instrumentos financeiros derivativos (*swap*), trocando a variação da taxa de câmbio e sua remuneração contratual por juros indexados a percentuais do CDI. A contratação e o gerenciamento do instrumento de *swap* foram feitos através de análise para proteção do risco cambial.

Desta forma, as eventuais perdas por variações cambiais decorrentes deste empréstimo são mitigadas pelos efeitos do *hedge*.

A Companhia também possui debêntures indexadas ao IPCA (Nota 19). A captação de R\$ 120.000 realizada em setembro de 2019 teve seu indexador trocado para o CDI através da contratação de instrumento derivativo (*swap*) no momento de sua emissão.

Valor justo

| | <u>Indexadores</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--------------------------------------|--|--------------------|--------------------|
| Swap – Câmbio | | | |
| Ativo - ponta ativa | USD + 2,48% a USD + 5,70% E LIBOR 6M + 1,4% a LIBOR 6M + 1,7% | 3.052.458 | 3.348.997 |
| Passivo - ponta passiva | (110,75% CDI a 116,9% CDI e CDI + 1,00% a CDI + 1,15%- Swap) | <u>(2.650.724)</u> | <u>(2.532.787)</u> |
| | | 401.734 | 816.210 |
| Swap – Juros | | | |
| Ativo - ponta ativa | IPCA + 3,3121% | 140.350 | 134.269 |
| Passivo - ponta passiva | (107,1% CDI - Swap) | <u>(128.647)</u> | <u>(125.847)</u> |
| | | 11.703 | 8.422 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | <u>413.437</u> | <u>824.632</u> |
| Saldo ativo, líquido | | 413.437 | 824.632 |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura dos contratos

| USD milhares | 31/12/2022 | | Contratação | Vencimento |
|----------------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------|------------|
| | Ponta ativa <i>swap</i> | Empréstimo no exterior | | |
| Tranche 2 | 100.000 | (100.000) | 06/06/2018 | 06/06/2023 |
| Tranche 3 | 50.000 | (50.000) | 27/06/2018 | 27/06/2023 |
| Tranche 4 | 100.000 | (100.000) | 03/04/2019 | 01/03/2024 |
| Tranche 10(i) | 100.000 | (100.000) | 20/09/2019 | 28/11/2025 |
| Tranche 6 | 22.500 | (22.500) | 13/11/2019 | 15/07/2025 |
| Tranche 7 | 58.000 | (58.000) | 19/11/2019 | 19/11/2024 |
| Tranche 8 | 42.000 | (42.000) | 05/12/2019 | 05/12/2024 |
| Tranche 9 | 100.000 | (100.000) | 20/01/2021 | 20/01/2026 |
| Saldo – Exposição cambial | 572.500 | (572.500) | | |

(i) Tranche #10 foi objeto de rolagem no 3º trimestre de 2022, tendo seu vencimento estendido para 28 de novembro de 2025.

| | 31/12/2022 | | Contratação | Vencimento |
|-----------------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------|------------|
| | Ponta ativa <i>swap</i> | Empréstimo no exterior | | |
| Debêntures | 120.000 | (120.000) | 16/08/2019 | 15/08/2025 |
| Saldo – Exposição de juros | 120.000 | (120.000) | | |

32.3 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (*inputs*) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (*inputs*) de Nível 2

Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O valor justo dos empréstimos no exterior e respectivos *swaps* cambiais e de taxa de juros, que são objeto de *hedge accounting* de valor justo, são calculados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, estimados com base em taxas referenciais de juros e cupom cambial observáveis na B3 (“Brasil Bolsa e Balcão”).
- O valor justo das dos empréstimos, financiamentos e das debêntures é realizado considerando-se os níveis atualizados de custo de captação com montantes e contrapartes similares.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

| Ativo | Valor contábil | | Valor justo | | Hierarquia |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 | |
| Custo amortizado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.424.955 | 1.912.692 | 1.424.955 | 1.912.692 | - |
| Contas a receber de terceiros | 228.134 | 302.556 | 228.134 | 302.556 | - |
| Contas a receber de partes relacionadas | 345.555 | 102.165 | 345.555 | 102.165 | - |
| Mútuo | 208.206 | 102.931 | 208.206 | 102.931 | - |
| Dividendos a receber | 137.107 | 311.627 | 137.107 | 311.627 | - |
| | 2.343.957 | 2.731.971 | 2.343.957 | 2.731.971 | |
| Valor justo | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 413.437 | 824.632 | 413.437 | 824.632 | Nível 2 |
| | 413.437 | 824.632 | 413.437 | 824.632 | |
| Passivo | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | |
| Fornecedores - terceiros | 183.596 | 105.269 | 183.596 | 105.269 | - |
| Contas a pagar | 2.943 | 1.957 | 2.943 | 1.957 | - |
| Fornecedores - partes relacionadas | 420.348 | 269.544 | 420.348 | 269.544 | - |
| Dividendos a pagar | 100.267 | 100.267 | 100.267 | 100.267 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 2.684.721 | 3.670.563 | 2.665.722 | 3.593.208 | Nível 2 |
| Debêntures | 1.046.226 | 1.002.937 | 1.009.791 | 1.004.710 | Nível 2 |
| | 4.438.101 | 5.150.537 | 4.382.667 | 5.074.955 | |
| Valor justo | | | | | |
| Empréstimos no exterior | 2.991.544 | 3.269.503 | 2.998.059 | 3.269.503 | Nível 2 |
| Debêntures | 143.269 | 135.041 | 143.269 | 135.041 | Nível 2 |
| | 3.134.813 | 3.404.544 | 3.141.328 | 3.404.544 | |

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração e Diretores

Diretoria

Fábio Tadeu Marchiori Gama

Diretor Financeiro e S&C

Fabício Rezende de Oliveira

Diretor de Planejamento e Integração

Alessandro Pena da Gama

Diretor de Operações

Márcia Mara Chaves Resende

Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8